

ATA Nº15

----- Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 27 de dezembro de dois mil e dezanove. -----

-----No vigésimo sétimo dia do mês de dezembro de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas e quarente e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Liliana Barreira e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27/09/2019; -----

-----B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa; -----

-----C – Justificação de faltas; -----

-----D – Período “antes da ordem de trabalhos”; -----

-----E – Período da “ordem de trabalhos”: -----

----- PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- PONTO DOIS: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – APROVAÇÃO;-----

----- PONTO TRÊS: PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DE VAGOS (PIMVagos) – FERNETO – MÁQUINAS E ARTIGOS PARA A INDÚSTRIA ALIMENTAR,S.A. – CANDIDATURA;

----- PONTO QUATRO: ESPAÇOS DO CIDADÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – DECRETO-LEI Nº104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO; -----

----- PONTO CINCO: ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DE SÃO SEBASTIÃO – APROVAÇÃO; -----

----- PONTO SEIS: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO 2020; -----

----- PONTO SETE: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2020; -----

----- PONTO OITO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 850.000,00€ - BENEFICIAÇÃO DA EM 598 – RINES/SANCHEQUIAS - 2020; -----

----- PONTO NOVE: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA DO EMPRÉSTIMO PAEL – ADITAMENTO AO CONTRATO. -----

----- PONTO DEZ: FIXAR NÚMERO DE REPRESENTANTES DAS ENTIDADES COM ATIVIDADE NO SETOR DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO, QUE INTEGRAM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA (ALÍNEA i), Nº1, ARTº 3ºB, DA LEI Nº33/98, DE 18 DE JULHO, NA REDAÇÃO ATUAL); -----

----- PONTO ONZE: REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VAGOS – APROVAÇÃO; -----

----- **PONTO DOZE: CONCURSO PUBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL E LIMPEZA URBANA - AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES - MUNICIPIOS DE ALBERGARIA-À-VELHA, OLIVEIRA DO BAIRRO E VAGOS – CPS 1/; -----**

----- **Nota importante:** A sessão é pública e no final o público presente poderá solicitar a sua intervenção. -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

----- Maria Helena Marques, Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Costa Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Sérgio Martins, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes e Hugo Jorge em substituição de Maria Pedro Silva eleitos na lista do PSD; -

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Paulo Alexandre Ferreira Malta, António Bastião em substituição de Patrícia Neves Ferreira, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; António Manuel Rosa dos Santos, em representação de Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos e Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Maria Pedro Silva, Patrícia Neves Ferreira, Xavier Prior Neto, Silvério Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António.

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, e os Vereadores, senhora Sara Raquel Rodrigues Caladé, senhora Maria Dulcília Martins Sereno, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 27 de setembro de 2019.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, da sessão realizada no dia vinte e sete de setembro de dois mil e dezanove, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

-----O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre trinta de setembro e vinte de dezembro de dois mil e dezanove O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem quiser consultar. –

----- O senhor Presidente da Mesa informou os membros da Assembleia municipal que nos dias vinte e nove e trinta de novembro decorreu o Congresso Nacional da ANMP onde estiveram presentes o Presidente da Assembleia Municipal de Vagos, o Presidente da Câmara Municipal de Vagos e o Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo, em representação das Juntas de Freguesia, que teve como tema a Descentralização e a Regionalização de Portugal. -----

-----**C – Justificação de faltas.** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dadas pelos senhores Deputado Patrícia Ferreira, Maria Pedro Silva e Xavier Prior à sessão de hoje. -----

-----**D – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra para fazer duas questões. A propósito das obras na estrada Rines-Sanchequias e do aproveitamento político que está a ser feito, através das redes sociais, para manifestar o seu descontentamento com este tipo de atitudes. O senhor deputado perguntou o ponto de situação da obra, porque sabe que o empreiteiro pediu algum adiamento sobre os prazos. Muito se tem falado sobre as paragens que tem tido o empreiteiro. Até uma determinada altura a obra tinha corrido, e tem corrido, mais ou menos mas há lá dois troços que neste momento estão a demorar mais do que o normal. Entretanto, fez referência à sede dos Escuteiros de Ponte de Vagos que está quase pronta e perguntou qual o ponto de situação do financiamento e qual é o prazo para terminar a obra. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que na rotunda norte, que fica a norte de Salgueiro, na saída da A17, há lá um ponto de interceção que três mastros e cada mastro tem uma bandeira inerente a cada Município, ílhavo, Aveiro e Vagos. A bandeira de Vagos não se encontra nas melhores condições e convinha que fosse substituída. Em relação a um evento que aconteceu há pouco tempo, a NATÁL(i)A, o senhor Deputado observou que a afluência não terá sido aquela que era desejável. A realçar que Vagos tem o único Pai Natal certificado do país perguntasse se o investimento compensa, se vale a pena continuar naqueles moldes, se será melhor repensar o modelo. Por outro lado, relativamente ao dia de Natal observava-se que havia contentores de lixo cheios por todo o lado. Esta situação é de lamentar e, por isso, o senhor deputado perguntou porque é que não existiu a recolha de lixo nos dias anteriores. Em relação ao orçamento participativo de dois mil e dezassete questionou qual o ponto de situação atual. No que respeita ao Trilho da Lontra está muito bom, o senhor Deputado já por lá passou, mas não está publicitado em sítio nenhum, nem no *síte* da Câmara, nem *síte* da Junta de Freguesia. Uma pessoa que não seja do Concelho de Vagos e que efetivamente queira ver e visitar aquele local não tem indicações nenhuma. Entretanto, questionou se há previsões da reabertura do Posto Médico de Covão do Lobo. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e começou por fazer um apelo ao senhor Presidente da Câmara. Tendo em consideração que a abertura ao público do próximo centro comercial está para breve apela para que sejam tomadas providências no sentido de mandar pintar a parte exterior do Mercado Municipal. O estado em que se encontra aquele edifício não dignifica nada a Administração Municipal. Solicita, também, para que seja limpo o matagal que se encontra junto do lado norte. Aproveitou, ainda, a oportunidade para sugerir que seja erguido em Vagos um monumento ao emigrante. A vila e o Concelho devem muito aos emigrantes. O monumento poderia ser implantado no Jardim de São Sebastião ou na Praça da Corredoura. Entretanto, perguntou em que pé se encontra o Plano Diretor Municipal, se está prevista alguma revisão e para quando. A variante a nascente da vila de Vagos qual é o ponto de situação. O trânsito na vila está caótico. O senhor Deputado, dirigindo-se ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que já era tempo de ter na sala as fotos dos antigos Presidentes de Câmara, senhores José Nunes de Oliveira Júnior, Carlos Bento e Rui Cruz. Entretanto, deixou uma sugestão, isto é, aquando das obras de remodelação deste edifício seja previsto um gabinete para colocar as fotos de todos os Presidentes da Assembleia Municipal que presidiram a este órgão autárquico. Para terminar não quis deixar passar esta oportunidade sem manifestar publicamente o seu profundo pesar pela recente profanação do cemitério de Santo André, trata-se de um crime vergonhoso. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e começou por fazer um ponto de situação dos assuntos discutidos na última reunião da CIRA, que decorreu no passado dia nove de dezembro, e onde a apresentação das grandes opções do plano para 2020 foi o grande destaque: onde se falou da questão da POLIS ser extinta e da criação de uma “POLIS 2” para se continuar os trabalhos em curso; ampliação e qualificação do Hospital Infante D. Pedro, Hospital de Águeda e de Estarreja; construção da central de biomassa intermunicipal; ligação ferroviária Aveiro/Viseu/Salamanca, sob forma de aumentar ainda mais a competitividade das empresas da Região. Passando para outros assuntos, referiu-se a uma nota que está no *site* do base.gov.pt, ou seja, fala numa aquisição de prestação de serviços de inventário e inspeção principal a dez obras de arte do Concelho, respetivos relatórios de inspeção, a trinta e um de outubro, no valor de oito mil oitocentos e setenta euros. O senhor Deputado pede esclarecimentos sobre esta questão. Em relação ao PARTTP – Programa de Apoio à Redução de Tarifários dos Transportes Públicos - perguntou se Vagos está incluído neste programa, que foi lançado pelo Governo sem qualquer diálogo ou qualquer tipo de concertação com as entidades locais, visto que é uma medida participada nos Municípios entre dois mil e dezanove, dois mil e vinte, e dois mil e vinte e um. Nesta matéria, em Vagos não se põe só a questão dos preços mas também o da rede de acessibilidades, principalmente os transportes públicos. Outra questão que levantou prende-se com o *site* do Município que está de “*cara lavada*”, houve um *upgrade* a nível visual mas só à superfície é que se veem mudanças, porque depois tenta-se procurar determinados documentos, principalmente na informação económico-financeira, e não estão lá. Por exemplo, no separador de dívidas a fornecedores parou no ano de dois mil e quinze, a informação fiscal do Município parou

em dois mil e dezassete, os mapas de execução orçamental pararam em dois mil e quinze e os subsídios atribuídos a última informação é de dois mil e onze. O senhor Deputado considera importante atualizar estes documentos. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e referindo-se à questão do lixo perguntou porque é que não foi feita a recolha do mesmo imediatamente a seguir ao dia de Natal. Os contentores estão muito cheios e gostaria de saber porque e que esta continua a ser uma questão estrutural, porque é que não se resolve, qual é a solução que o município tem para, de uma vez por todas, a recolha ser bem feita e de forma capaz de responder às exigências. As pessoas têm direito a ter o seu lixo recolhido e pagam para isso. Outra questão é quando é que se acelera a passagem do atual gradeamento do antigo muro do Jardim de Infância de Calvão para o novo muro. Foi dito à Junta de Freguesia que assim que as atividades letivas terminassem a dezassete de dezembro esses trabalhos iriam iniciar-se, está-se a vinte e sete de dezembro e continua tudo na mesma. Há um grande descontentamento por parte da Associação de Pais, porque o Jardim de Infância não tem neste momento condições. Relativamente ao problema causado pelas cheias em Cabecinhas foi sugerido na altura, porque já é a segunda ou terceira vez que essa situação ocorre, várias moradias ficam com água dentro, fazer uma reunião com todas as entidades que de facto têm a ver com esse problema. O senhor Deputado pergunta qual o ponto de situação deste assunto. Os proprietários não podem estar sujeitos a mais uma vez a condições atmosféricas excecionais, porque embora sejam excecionais há causas que podem ser corrigidas e que diminuem esse impacto excecional. Para terminar, referiu-se a uma reunião que lhe foi prometida realizar-se em janeiro, com o senhor Vice-Presidente, para resolver a questão da Transferência de competências que se encontram em atraso. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou a sua intervenção referindo-se à rede viária do Município. Já é normal nesta Assembleia ir-se perguntando pelo ponto de situação das obras que vão decorrendo, e também daquelas que decorreram da intempérie, e são muitas, estão um pouco por todo o Município e é normal que se faça política com isto, ao contrário do que se sugeriu. Falou-se aqui de duas estradas Rines-Sanchequias e Ponte de Vagos e este é um assunto sobre o qual se tem de fazer política, é um problema dos cidadãos que se tem de trazer para aqui e os membros desta Assembleia têm de ser a voz dos cidadãos. A estrada Rines-Sanchequias, foi feito o contrato com a empresa e foi aprovado a horas de umas eleições Autárquicas, isto é fazer política com isso. O senhor Deputado deslocou-se hoje a Ponte de Vagos e a determinada altura precisou de fazer um desvio da estrada central e verificou que a estrada do desvio estava tão má ou pior do que a estrada central. Este planeamento está todo mal feito. Neste sentido questiona o senhor Presidente se pode fazer mais alguma coisa em relação a estes problemas que os cidadãos estão a viver diariamente. Entretanto, o senhor Deputado abordou a questão da segurança na praia da Vagueira. Há a informação de que uma zona, aparentemente, já está sinalizada mas que ainda não está tratada e com falta de luz. Relativamente a uma casa que está ocupada na Rua Albino Oliveira Pinto, e que também põe em causa a segurança das pessoas que pretendem passar lá e não sentem qualquer segurança ao fazê-lo. -----

----- O senhor Deputado Paulo Malta usou da palavra e referindo-se, também ele, à estrada Rines-Sanchequias e felizmente, ou infelizmente, as obras estão a passar à sua porta. No início das obras algumas tampas estavam fora do sítio, e isto é um alerta para a Câmara Municipal ter atenção e averiguar porque é que esta situação aconteceu. O senhor Deputado pergunta se existem queixas, quer de moradores quer de condutores, quer de comerciantes, na zona da Ponte de Vagos, porque é insuportável a situação que ali se vive, nomeadamente o comércio e algumas instituições. Entretanto, deixou um apelo à Câmara Municipal para que em conjunto com a Junta de Freguesia encontrem uma solução para aquela curva, que se encontra quem vai para a Fonte de Angeão, que está muito perigosa e sabe-se que existe lá a possibilidade de ceder e alargar um pouco a estrada nesse local. A Câmara Municipal e a Junta de Freguesia deviam agendar uma reunião com a pessoa que está disposta a ceder algum espaço, para que a estrada seja alargada nessa zona, e tomar alguma providência em relação a isso. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que constatou que foi retirada a rolha alusiva à Região da Bairrada aqui do centro de Vagos e perguntou se foi por alguma questão técnica ou se houve algum outro motivo. Independentemente da rolha propriamente dita faz muito sentido, porque Vagos pertencer ao mercado da zona da Bairrada é muito importante. Em relação às dragagens que estão a ser feitas no Rio Boco o senhor deputado não se recorda de se ter falado nisto em Assembleias Municipais anteriores e, por isso, supõe que seja uma obra estrutural muito importante para o Concelho. Neste sentido, pergunta qual o ponto de situação, como é que estão a decorrer as obras, por quem é que estão a ser feitas e qual é a expectativa da sua conclusão. Uma outra questão prende-se com a estrada de Ponte de Vagos, de facto não dá para perceber como é que um Deputado Municipal vem dizer que se está a fazer política com o mau estado da estrada quando esta está num estado lastimável. O que quer que esteja a ser dito nas redes sociais custa a crer que seja pior do que a realidade dos factos. Nas últimas semanas o senhor Deputado passou muitas vezes por aquela estrada, ou por alternativas a esta, muito antes das chuvas da semana passada, e o estado da estrada era completamente impraticável. Mesmo a sinalização dos desvios, e as estradas alternativas, também não é a melhor. Tendo em conta a importância da Ponte de Vagos e tendo também em conta que aquele é um eixo estruturante do Concelho era muito importante que as obras avancem-se rapidamente. Por fim, referiu-se à NATÁL(i)A e mais uma vez o senhor presidente terá muitas responsabilidades. Obviamente, não terá responsabilidade das intempéries, das condições climatéricas, e de facto foi pena o que aconteceu e que acabou por não permitir que se tirasse todo o proveito da iniciativa. Mas há uma outra componente que será da responsabilidade da Câmara Municipal, ou seja, para a maior parte dos municípios não é aceitável que um evento como aquele tenha terminado no dia vinte e dois de dezembro. Não se percebe que uma coisa que se chame NATÁL(i)A aconteça antes do Natal. Várias pessoas estavam a pensar vir à NATÁL(i)A nesta semana, porque é a semana do Natal, e ficaram muito surpreendidas quando perceberam que afinal tinha encerrado no dia vinte e dois. Independentemente das questões do conteúdo em si, da iniciativa, e da forma como decorreu fica este alerta, porque não é aceitável que algo que é alusivo ao Natal não ocorra durante a época de

Natal. Aliás, há múltiplos eventos destes pelo país fora, de norte a sul, e que o senhor Deputado tenha conhecimento nenhum deles termina antes do dia de Natal. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e disse que tem conhecimento de que foi assinado no dia sete de agosto a aquisição do projeto de execução da beneficiação das Escolas Básica de Ouca e da Vigia e pergunta em que fase é que se encontra o projeto e se pode ter acesso ao mesmo. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que quando se diz que se faz política ao falar de obras é a forma como se fala. Que os concidadãos da Ponte de Vagos tenham reclamado, porque efetivamente a estrada não está em boas condições até se admite. Agora, que outros partidos façam disso bandeira poderá já não ser tão admissível, porque a estrada está em obras. Ora, se a estrada estivesse transitável não eram precisas obras. Esta é uma contingência das obras, ou se quer as obras ou não se quer as obras. Obviamente que se a câmara Municipal puder acelerar essas obras tanto melhor. Relativamente à NATÁL(i)A o senhor Deputado deixou os parabéns e referiu que este ano correu muito melhor, o local é melhor e o número de afluência também foi substancialmente muito melhor. É óbvio que há coisas a melhorar mas isso é assim em tudo o que se faz. O tempo não ajudou mas, dentro do possível, correu bem. O senhor Deputado felicitou a Câmara Municipal pelo 5º lugar na Modernização Administrativa. O Município de Vagos, a nível nacional, ficou no 5º lugar e, portanto, é de louvar e também de dar a conhecer aos cidadãos que muito do dinheiro que é empregue na Modernização Administrativa, para que eles tenham facilidade de acesso a tudo aquilo que são serviços da Câmara Municipal, está a ser bem entregue e reconhecido a nível nacional. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referindo-se ao estradão de Calvão, desde o Colégio até à curva grande, informou que não há qualquer marcação no chão, o que torna a condução, principalmente à noite, bastante difícil. Aquela via é utilizada com muito frequência, quer por professores quer por alunos que frequentam o Colégio de Calvão, assim como por outros utilizadores. A partir da curva grande a estrada está, toda ela, marcada, mas até ali não e se for possível solicita-se que sejam feitas as devidas marcações porque são uma necessidade. Entretanto, deixou uma nota de louvor à Câmara Municipal pela forma como colaborou no Encontro Nacional de Chefes de Agrupamento que ocorreu nos dias nove e dez de novembro no Colégio de Calvão. Por um lado, o Colégio soube acolher muito bem e a Câmara Municipal deixou a todos muito honrados. Estiveram cerca de seiscentos voluntários de todo o país, onde esteve também presente o Presidente do Comité Internacional de Escutismo Mundial que muito honrou os presentes. Vagos deu um verdadeiro testemunho de voluntariado ou de saber apoiar o voluntariado e, por isso, ficam os agradecimentos. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que o Município de Vagos tem apostado nos projetos que tem feito de novas vias, e muito bem, em incluir vias cicláveis. Só que apostar em vias cicláveis é bom para a população mas têm que se manter. Na rua de Cantanhede aquela via está muito suja. Os eucaliptos perdem as folhas e ramos e dá uma má imagem, porque quem se desloca à Senhora de Vagos deveria ter melhores condições de circulação. O senhor

Deputado perguntou se há algum registo de graves problemas causados pelas chuvas e pelos ventos da última semana. Outra questão que preocupa o senhor Deputado, e já não de agora, é o facto de os madeireiros depois de retirarem a madeira os caminhos por onde eles circulam ficam totalmente estragados. Neste sentido, pergunta se há alguma exigência por parte do Município para que eles reponham os caminhos tal como estavam ou se só estragam. O Município devia estar atento a esta situação. -----

----- O senhor Deputado Hugo Jorge usou da palavra e referiu que há uma questão que o tem preocupado o estado dos equipamentos municipais, eles foram difíceis de contruir e por isso há que se preocupar em os conservar, nomeadamente o Pavilhão Municipal e a Piscina Municipal. Na zona norte do Pavilhão Municipal, onde está o bar, por cima da zona do ténis de mesa chove lá e é de todo o interesse tratar rapidamente destas situações. Na Piscina Municipal, em boa hora fizeram a mudança da secretaria para uma outra área mais consentânea e cederam a outra sala ao clube de nataçãõ, para a sua sede, e agradeceu a atitude, bem como a cedência de uma lata de tinta para pintar o espaço. Essa zona da Piscina está muito má e precisa também de alguma reparação, a substituição das telas. -----

----- O senhor Deputado Albano Gonçalves usou da palavra e referindo-se ao Posto Médico de Covão do Lobo disse que surgiu uma notícia na Vagos FM que o posto iria reabrir no dia três de dezembro. Entretanto, está-se a vinte e sete de dezembro o posto continua por abrir. Foram pedidas à Junta de Freguesia uma série de obras pedidas pelo Dr. Pedro Almeida, tais como: efetuar a alteração da dimensão da porta de largura de noventa centímetros; colocar um lava-pés com chuveiro, para substituir o atual; substituir o pavimento contínuo com roda pés; remover parede lateral. As obras foram feitas. Entretanto, houve uma troca de *e-mails* com duas senhoras que foram ao local em três de dezembro e desde este dia nunca mais se soube de nada, ou seja, fizeram-se todas as obras, a Junta de Freguesia gastou mais de vinte mil euros e o Posto Médico de Covão do Lobo continua sem médico e sem qualquer perspectiva de saber para quando. O senhor Deputado pergunta se o senhor Presidente da Câmara tem mais alguma informação, sobre este assunto, que possa aqui adiantar. Relativamente ao Trilho da Lontra o senhor Deputado informou que está devidamente marcado com riscas nas cores corretas, há um grande painel, na Lagoa do Moitão, onde tem o mapa e onde refere as aves que se podem encontrar naquela zona. Em relação aos madeireiros é um problema que o senhor Deputado não sabe como resolver, eles partem as fontes, partem os aquedutos, abrem valas e os caminhos ficam todos intransitáveis, deixam lixo amontoado por todo o lado. O senhor deputado, já andou a fazer uma espera para falar com eles e um até o tentou agredir. Entretanto, chamou a GNR e esta nada fez. A vala principal fica cheia de monte de lenha. Esta situação é inadmissível, isto não se faz, é um abuso. No que respeita à estrada Rines-Sanchequias de facto este tipo de obras são chatas e acarretam sempre inconvenientes mas quando se fazem obras em casa qualquer pessoa se depara com esse problema. Estas obras são mesmo assim mas são precisas. Todos lamentam o que está a acontecer mas não há volta a dar, tem de haver um pouco de paciência. O senhor Presidente da

Câmara o que poderá fazer será, provavelmente, dar “*uma achegazinha*” ao empreiteiro para o facto de haver algumas sinalizações que não estão bem feitas. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu a algumas questões que lhe foram dirigidas. Em relação ao facto de não estarem colocadas na parede deste Salão as fotografias dos dois últimos Presidentes de Câmara esclareceu que não foi ainda possível fazê-lo, apesar deste assunto já ter sido até abordado anteriormente. A primeira coisa que fez quando assumiu o cargo de Presidente desta Assembleia Municipal foi contactar o Dr. Carlos Bento para facultar uma fotografia para ser colocada aqui. Há aqui duas formas de resolver esta questão: por imposição, faltando ao respeito à pessoa ou ir ao encontro da pessoa e pedir-lhe para que ela coopere com a Assembleia Municipal para que seja colocada aquela fotografia que a pessoa escolhe. Este contacto já foi feito várias vezes, houve a promessa do Dr. Carlos Bento de facultar aos serviços da Assembleia Municipal a fotografia, mas ainda não se conseguiu que ele cumprisse. Tem havido insistência neste contacto mas até agora não se obteve resultados. Por isso é que ainda não estão ali colocadas as fotografias, até porque não faria sentido colocar a do Dr. Rui Cruz sem colocar também a do Dr. Carlos Bento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. No que respeita à estrada Rines-Sanchequias obviamente que estas questões têm de ser levantadas, o que não deve acontecer, e talvez seja isso que o senhor Deputado Juan Martins quisesse dizer, é não se inventar factos onde eles não existem. Por exemplo, não é verdade que o empreiteiro não está a trabalhar porque a Câmara Municipal não paga. A obra desde que começou nunca parou. Aliás, ainda hoje havia pessoal a trabalhar na obra na zona de Parada de Cima. Entretanto, durante o dia de hoje andou-se a reparar os desvios, porque os desvios acabam por ser também eles afectados devido ao aumento de circulação e acabam por ficar destruídos. Outro aspeto que convém referir é que está-se no inverno e nos últimos dois meses tem chovido muito, especialmente nas duas últimas semanas, o que provoca graves prejuízos e dificuldades àquilo que é produção diária do empreiteiro e, portanto, não se pode pedir que durante o inverno a produtividade seja igual àquela que é no verão. O senhor Presidente tem perfeita consciência de que as pessoas têm razões de queixa, principalmente os moradores, a questão é que as críticas, reclamações e as contestações não vêm dos moradores. A Câmara Municipal tem acompanhado de perto o trabalho do empreiteiro, e até contratou uma equipa de fiscalização para estar em permanência na obra precisamente para minimizar essas situações. Tem-se falado muito nos desvios mas o senhor Presidente pergunta quantos carros é que têm cumprido de facto os desvios, porque a maior parte não o faz. Uma obra destas causa sempre problemas. Entretanto, deu as boas vindas ao facto do Partido Socialista reconhecer a importância da obra, porque quando em tempos foi pedido um empréstimo, para a execução da mesma, este grupo municipal não votou a favor. Em relação à sede dos Escuteiros da Ponte de Vagos a obra está em andamento, a empreitada foi adjudicada. Entretanto, a candidatura já foi submetida ao Fundo Social de União Europeia e a Câmara Municipal já recebeu aquilo que estava construído. Como todos sabem a Câmara Municipal só teve o aviso em julho e tinha de acabar a

obra até final de outubro e depois foi dado um prazo extra para a primeira semana de novembro. Só a despesa que foi efetuada até essa altura é que foi possível de candidatar e foi possível de receber. Entretanto, houve a oportunidade de fazer uma reprogramação e conseguiu-se ir buscar mais cerca de cem mil euros de outras obras que não estavam na primeira candidatura e fica “*ela por ela*” e deste modo conseguir-se-á fazer face as despesas e a obra não parará e ficará concluída nos primeiros meses do ano de dois mil e vinte. Em relação à bandeira na rotunda irão ser dadas indicações para a substituírem, elas estragam-se com muita frequência. Relativamente à NATÁL(i) A no que diz respeito à afluência não se percebe bem a crítica. Na quinta-feira não houve movimento, da parte da tarde, porque devido ao alerta vermelho o senhor Presidente considerou prudente encerrar o espaço. No domingo os dados que existem é que passaram por aquele espaço quatro mil seiscentas e vinte e oito pessoas. Por opção decidiu-se voltar ao modelo anterior. Em relação à questão do prazo podia ter sido estendido por mais um dia mas não se decidiu nesse sentido, mas é uma crítica construtiva e não destrutiva, para o ano será, possivelmente, decidido de forma diferente. O senhor Presidente é de opinião que o modelo da NATÁL(i)A deve ser este e não ser outro e ser-lhe-á dada continuidade no futuro. Em relação à recolha dos resíduos sólidos urbanos a resolução para a questão será discutida no ponto doze da ordem de trabalhos. O contrato com o atual prestador de serviços foi rescindido e vai ser lançado um novo concurso e esperar que com as regras diferentes que estão neste novo concurso, o serviço a ser prestado seja melhor, sendo certo que se irá pagar mais. Este serviço por não ser do agrado da Câmara Municipal, e por não ser também do agrado do prestador de serviços, é que levou a uma rescisão amigável. Nesta altura, por norma, também há mais lixo. No que respeita ao Trilho da Lontra a falta de divulgação é uma falha mais da Câmara Municipal do que da Junta de Freguesia. É evidente que tendo o Trilho a qualidade que tem convém ser bem promovido e está a ser elaborada uma forma de divulgação para o efeito. Em relação aos restantes projetos do orçamento neste momento há uma questão técnica, que está a tentar ser ultrapassada, com o projeto de Ponte de Vagos. O projeto de Santo André só poderá ser executado quando for executada uma outra intervenção que nós pretendemos fazer e que está no orçamento. Em relação ao Posto Médico de Covão do Lobo, tal como referiu o senhor Presidente da Junta, não se pode sequer falar em reabertura porque ele não está oficialmente fechado. Aliás, este Posto faz parte da rede de cuidados primários do Concelho de Vagos, infelizmente não tem estado aberto mas não foi encerrado oficialmente. Se tivesse encerrado dificilmente abriria, não estando encerrado, tem de se continuar a colocar toda a pressão para que reabra. Ainda há bem pouco tempo o Dr. Pedro Almeida deu uma nota pública na Vagos FM dizendo que o Posto Médico de Covão do Lobo reabriria em breve, tinha a ver com a questão do pessoal, isto é, duas médicas que estavam de baixa por gravidez. As médicas, entretanto, voltaram mas falta um enfermeiro, só dificuldades. Em relação a construção em homenagem ao emigrante, proposto pelo senhor Deputado Basílio de Oliveira, o senhor presidente refere que muito mais importante que isso é o trabalho que a Câmara Municipal está a desenvolver no Concelho na recolha e na forma como está a tratar, de forma excecional, os emigrantes que têm regressado da Venezuela. Por exemplo, as crianças não reuniam condições para terem apoio

social na escola e a Câmara Municipal, numa medida tomada por unanimidade, aprovou excecionalmente permitir a esses alunos, que não têm possibilidades de pagarem as refeições, que tenham acesso às refeições e aos escalões de apoio social. A situação da Venezuela é uma situação muito grave, têm regressado para o Concelho de Vagos centenas de pessoas. Só nas escolas do Concelho de Vagos, no ano letivo passado, inscreveram-se mais de cem crianças, entre venezuelanos e brasileiros, mas mais venezuelanos. Este é um assunto que está a ser acompanhado pela Câmara Municipal. O senhor Deputado Bruno Julião, atendendo a outras funções que exerce, têm-se manifestado sempre disponível para colaborar com o Município e tem havido conversas sobre essas questões e tem-se procurado tratar essas pessoas da melhor maneira. Em relação à questão do PDM foi feita uma revisão do mesmo em dois mil e nove e está previsto em breve iniciar um outro processo de revisão. A questão da circular à vila nunca foi uma opção deste Executivo. A opção deste Executivo é a de construir uma ligação direta da Zona Industrial à A17 e está-se a trabalhar nessa matéria, é só preciso haver disponibilidade financeira que neste momento não há. Em relação ao que aconteceu no cemitério de Santo André são situações chatas, incompreensíveis e de lamentar. Relativamente à dragagem da Ria esta está a ser feita no âmbito da POLIS I, e não da POLIS II. Em relação Às obras de arte, não são obras de arte, ou seja, obras de arte são o que os senhores engenheiros chamam às pontes. Há uns anos a Câmara Municipal fez uma inspeção a várias pontes em Vagos e passados estes anos entendeu-se voltar a fazê-lo e daí a contratação deste serviço. A questão do PARTT, como se sabe foi constituída a CIRA como uma autoridade de transportes intermunicipal. Sobre a devolução da parte dos passos sociais foi feita pelo Município, tal como os outros Municípios, mas mais importante do que isso é a questão do concurso público que está para ser lançado que irá melhorar a rede de transportes de toda esta região, fazendo aqui uma coisa nunca antes feita que é pôr os Municípios a conversar entre eles e perceber quais é que são os circuitos necessários. Não faz nenhum sentido que a antiga autoridade dos transportes não tenha considerado como prioritário carreiras de e para a Zona Industrial de Vagos. Entretanto, esse trabalho foi feito e a rede que está construída, e que não sairá muito mais cara ao Município de Vagos, melhorará significativamente. Quanto à informação do *site* provavelmente terá a ver com algumas questões de informação obrigatória à data, e que hoje não será, mas o senhor Presidente vai averiguar o que se passa. Tal como o senhor Deputado Nuno Moura falou há pouco a Câmara Municipal de Vagos foi considerada a quinta melhor em termos de Modernização a nível Nacional e a informação/serviços *on-line* é uma das áreas que está melhor. Em relação à questão do gradeamento no Jardim de Infância de Calvão, está adjudicado e aguarda-se que o empreiteiro inicie os trabalhos. Houve alguns atrasos que se deveram à Câmara Municipal e outros que se deveram à Junta de Freguesia. Da mesma forma na delegação de competências, não há nada contra a Junta de Freguesia de Calvão e a propósito da última Assembleia Municipal o senhor Presidente pediu que fosse feito um relatório pormenorizado sobre o que se passou com este processo. O que se verificou é que o processo só ficou concluído em três de julho de dois mil e dezanove quando a Junta de Freguesia enviou os documentos certos. Em relação às cheias em Cabecinhas, na

segunda – feira foi feita uma primeira reunião com a ASCENDI, porque pode haver ali uma solução imediata para minimizar o impacto. O trabalho que se terá de fazer é muito mais profundo, há aqui questões de responsabilidade de várias pessoas e é importante que se tenha consciência disso. Não é à Junta de Freguesia nem à Câmara Municipal que cabe a responsabilidade de limpar as valas todas. As pessoas sabem, e têm de ter essa consciência, que a vala à face do seu terreno têm de ser limpas por elas, para além do facto de haver muitos abusos e muitas valas que são atravancadas por construções que não estão corretas. É evidente que a água não passando por ali vai para atrás e foi isso que aconteceu, para além de outros fatores. Há vários fatores a ter em conta e não é só em Calvão. Com as últimas chuvas que vieram houve problemas de inundações em Calvão, no Santo António, Santo André, Soza e em Ouca. Os prejuízos foram vários e a Câmara Municipal está a fazer um levantamento para enviar para a APA – Agência Portuguesa do Ambiente. Em relação à falta de luz na Vagueira o caso está a ser resolvido. No que respeita aos “ocupas” na Rua Albino Oliveira Pinto não chegou nada à Câmara Municipal. Relativamente a queixas que tenham sido feitas por causa das obras da estrada Rines-Sanchequias, que o senhor Presidente tenha conhecimento, não há, mas podem ter chegado diretamente ao empreiteiro ou à fiscalização. Em relação ao alargamento da estrada na curva já houve uma conversa do senhor Presidente da Junta com o proprietário e de facto há a possibilidade de se resolver a situação, há só uma questão com os Armazéns Municipais que se está a acertar. Relativamente à retirada da rolha fez parte de uma estratégia, porque estavam a ficar degradadas, da Rota da Bairrada e foram todas recolhidas não foi só em Vagos. A Rota da Bairrada está a ponderar haver um outro objeto a assinalar que Vagos faz parte da Bairrada. No que respeita às obras de dragagem do Rio Boco e Canal de Mira estão a decorrer no âmbito da POLIS. Não é diretamente uma obra da Câmara Municipal mas a POLIS é uma entidade que custa algum dinheiro à Autarquia, que tem a sua participação, e as obras foram também escolhidas por esta. No caso das obras de dragagem no Rio Boco elas estão a decorrer a um ritmo médio baixo, também com algumas questões que foram surgindo, nomeadamente uma embarcação que foi descoberta submersa no rio e, portanto, teve de se parar alguns dias e teve de se deslocar a embarcação até que os arqueólogos façam o levantamento dos destroços encontrados. Já foi dragado entre as duas pontes de Fareja, a mais antiga e a mais recente. A draga pequena saiu agora para ir fazer outro serviço, a outro sítio, e voltará depois para dragar até ao cais do moliço. No canal de Mira a dragagem também já iniciou, está ainda do lado da Costa Nova e aqui há um processo diferente porque os dragados são colocados na Quinta da Valenta, do lado de ílhavo. No canal de Mira os dragados serão colocados diretamente no mar e a dragagem será feita até à ponte do Areão, sendo feita com uma certa profundidade até à ponte da Vagueira, uma profundidade menor até ao Labrego e daí para a frente uma profundidade ainda menor. Relativamente ao projeto de recuperação da EB de Ouca o senhor Presidente não tem presente o ponto de situação mas será com certeza trabalhado em conjunto com o senhor Presidente de Junta. Em relação ao estradão de Calvão o senhor Presidente tomou em boa nota a preocupação do senhor Deputado Sérgio Martins. Em relação ao Encontro Nacional de Chefes de Escuteiros foi uma excelente atividade e foi uma excelente promoção do Município.

Quanto à rua de Cantanhede também tomou em boa nota o reparo. Relativamente aos estragos resultantes das intempéries houve vários estragos que atingiram pontes, muros, e as levadas do Boco, que ficaram destruídas. Em relação aos trabalhos feitos pelos madeireiros e pelos agricultores ter-se-á de chamar a fiscalização da Câmara Municipal ou o CEPNA e o melhor que se pode fazer é identificar as pessoas, que estão a fazer essas intervenções incorretas, e obrigá-los a repor. Ainda recentemente, em conjunto com o senhor presidente da Junta da Gafanha da Boa Hora, a Câmara Municipal acompanhou uma situação desse género. O que se torna às vezes difícil é identificar os madeireiros, porque quando lá se chega eles já lá não estão e só se veem os restos da madeira. Quem destrói o património público tem que o repor. Em relação aos equipamentos municipais, o Pavilhão e a Piscina, são dois problemas sérios que a Câmara Municipal tem. A situação do Pavilhão, depois da tempestade Leslie, agravou muito. A Câmara Municipal já recebeu cerca de sessenta mil euros, para o ano de dois mil e vinte está previsto receber cerca de trezentos mil euros mais e parte desse dinheiro será aplicado a refazer a cobertura do Pavilhão. Tanto o Pavilhão como a Piscina são obras muito antigas e requerem manutenção só que a disponibilidade financeira é muito pouca. -----

----- Quando eram cerca das vinte horas ausentou-se da sessão o senhor Deputado Nuno Moura.

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

-----**E – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

-----**PONTO UM: APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referindo-se à execução orçamental da receita verificou que esta foi de 64% e 59% da execução orçamental da despesa. O que salta aqui à vista é que o total da dívida, de fornecedores e empreiteiros, já soma três milhões de euros, quando no ano anterior era de um milhão e oitocentos mil euros. O senhor Deputado pergunta o que é que explica esta diferença de um milhão e duzentos mil euros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por mostrar o gráfico que havia enviado aos membros desta Assembleia que de alguma forma prova que a situação do SNS, tal como foi descrita pelo senhor Presidente da Câmara, tem um responsável que é o Governo do PSD e do CDS-PP que durante os anos da *TROIKA* descapitalizou o SNS. Estes são dados publicados pela Comissão Europeia no passado dia vinte e nove de novembro e, conforme se pode constatar, a redução do financiamento do SNS foi muito para além, foi desproporcional, em relação à regressão do PIB. De facto se hoje faltam mais de mil milhões de euros no SNS foi porque em dois mil e doze, dois mil e treze, dois mil e catorze e parte de dois mil e quinze, de forma voluntária, se quis ir além da *TROIKA*. Depois, passados uns anos as coisas são o que são e andasse agora

a tentar recuperar e no próximo ano vai-se ter mais oitocentos milhões de euros para o SNS e mais quinhentos e cinquenta milhões para pagar dívidas. Passando para a informação escrita do senhor Presidente da Câmara o senhor Deputado referiu-se à execução orçamental. O que é aqui dito é que despesa regista uma execução global de treze milhões oitocentos e sessenta e quatro, o que corresponde a 59,6% do orçamento. O problema não é este número e sim a desagregação deste entre aquilo que é a despesa corrente e a despesa de capital. Se for feita essa desagregação o valor que dá de execução da despesa de capital é de 33,9%. Foi executado, dentro daquilo que era as previsões, daquilo que eram as promessas de investimento da Câmara, um terço e não dois terços. Portanto, cada três obras que o senhor Presidente prometeu duas delas não foram feitas. O senhor Deputado louvou o facto do senhor Paulo Gil ter feito o lançamento do seu livro em Vagos, tal como é referido na informação. Por último, voltou a fazer referência a um assunto já falado aqui por diversas vezes e que Assembleia após Assembleia continua sem qualquer alteração ou seja, o senhor Presidente continua a enviar este de papel com pouco critério e com pouca informação relevante. A questão que o senhor Deputado deixou é para quando mudar o método. O grupo municipal do PS já propôs há mais de seis meses, de forma escrita e estruturada, aquilo que pensa que poderia ser a informação prestada aos membros da Assembleia Municipal. Se não foi assumido é porque não quer, porque as propostas foram apresentadas por escrito. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e referiu que em relação a este ponto, e para ficar claro, o assunto já foi abordado e irá ser agendada uma reunião com os porta-vozes dos partidos com assento nesta Assembleia Municipal, em conjunto com a Câmara Municipal, de modo a ser definido um modelo de documento a apresentar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e começou por perguntar para quem foi enviada essa proposta do grupo municipal do PS porque a Câmara Municipal não tem qualquer conhecimento desse facto. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu que este assunto já foi debatido em conferência de líderes, aquando da discussão do Regimento, e o PS enviou para a Mesa da Assembleia Municipal uma proposta escrita mas, entretanto, não houve oportunidade de a discutir.

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que quer que fique bem esclarecido que essa proposta nunca chegou à Câmara Municipal, tal como referiu o senhor Deputado Óscar Gaspar. O senhor Presidente já disse por diversas vezes que não iria alterada nada enquanto não houvesse uma proposta por escrito, porque não ia alterar e depois os membros da Assembleia virem dizer que não serve. Os senhores podem dizer que o documento tem informação a mais mas então leiam só aquilo que lhes interessa. O senhor Presidente reconhece que a informação é extensa demais, em alguns pontos há informação a mais, mas não vai fazer qualquer alteração ao modelo e estrutura do documento enquanto não for apresentada uma proposta por escrito. Continuando, e respondendo às restantes questões aqui levantadas, quanto ao aumento da dívida, para além do facto do senhor Presidente já ter alertado, quando foi aprovado o orçamento para dois mil e dezanove, que a dívida ia aumentar nesse ano, é relevante verificar a data em que a informação foi elaborada. O saldo que o senhor Deputado falou tem uma

explicação, ou seja, no saldo de operações orçamentais é referido um milhão e duzentos mil euros, portanto se for retirado um milhão e duzentos mil euros aos três milhões de euros de dívida dá os tais um milhão e oitocentos mil euros de há um ano. -----

-----De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – APROVAÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que, sendo este um documento vital para o bom funcionamento da Assembleia Municipal, procurou, desde início, um amplo consenso, suprapartidário, e que não fosse um documento apresentado pela Mesa. Foram realizadas várias reuniões com os líderes dos grupos municipais que decorreram com muita elevação e com uma negociação de grande maturidade e muita seriedade política, em que se colocou em cima da mesa o interesse de encontrar e formalizar um documento que regule o bom funcionamento da Assembleia Municipal deixando para trás as questões mais partidárias. O senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou os líderes dos grupos municipais que participaram nesta discussão pelo facto de terem demonstrado esta seriedade política e de conseguirem fechar um documento negociado com todas as partes. Este documento teve por base o regimento que ainda está em vigor e frisou as alterações promovidas por esta proposta: a intervenção do público, que estava na parte final da sessão, passa para o início da sessão; uma melhor agilização em termos de convocatória que passa a ser enviada por *e-mail* em detrimento da carta registada; a introdução de debates da atualidade, havendo dois debates da atualidade por partido político e por mandato, sendo um debate por reunião, com a garantia de que em ano de eleições, na parte final do último mandato, não há este debate da atualidade; uma regulação e uma definição de tempos de intervenção por grupo municipal em função da representatividade desse grupo, que permite uma melhor gestão de tempos e uma melhor organização dos trabalhos; permissão da transmissão *on-line* da Assembleia Municipal; dar um enfoque no escrutínio e na fiscalização da participação dos senhores Deputados, ou seja, a Mesa irá ter um acompanhamento mais efetivo e mais eficaz em relação à participação dos senhores Deputados e às faltas a serem registadas ou não, ou seja, há aqui a obrigatoriedade de se participar em dois terços de cada reunião. -----

----- Quando eram cerca das vinte horas e trinta minutos abandonou a sessão o senhor Deputado Filipe Jorge; -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra para reforçar o que foi já aqui dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal. As reuniões realizadas foram profícuas onde as arestas que havia para limar, foram limadas e deixar uma nota, ou seja, acabou uma etapa mas terá de se iniciar à próxima, de forma a dar continuidade a este trabalho, que será a de cumprir este Regimento. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e voltando ao assunto da informação escrita do senhor Presidente da Câmara referiu que seria importante consultar a ata de vinte e oito de junho deste ano e ver o que lá está escrito, ou seja, onde diz que no âmbito dos trabalhos de alteração do Regimento da Assembleia Municipal está-se também a rever os conteúdos desse

documento. Nessa sessão citou *"e por isso espero que seja a última vez que se esteja perante um documento de sessenta páginas que na sua/minha opinião é absolutamente inútil"*. Portanto, esta situação arrastasse há muitos meses e não é por falta de avisos da Assembleia Municipal que o Presidente da Câmara pode dizer que pensa que a informação é útil. A informação já devia ter sido mudada há muito tempo e não ser preciso, sequer, que houvesse uma proposta da parte de Assembleia Municipal. Em relação ao trabalho específico do Regimento o senhor Deputado quis salientar alguns pontos. Um deles prende-se com a passagem da intervenção do público do final da sessão para a parte prévia da Assembleia, porque de facto os cidadãos que assistem à Assembleia não têm de estar aqui tanto tempo à espera de fazer a sua intervenção e, portanto, faz sentido que se faça logo no início. Este ponto, como outros, que se alterou no Regimento foi no sentido de se tentar aproximar os trabalhos da Assembleia com as pessoas que elegeram os membros deste órgão. Esse também foi um dos motivos pelos quais o Partido Socialista há muito tempo propôs que houvesse uma transmissão on-line destas Assembleias, porque o que faz sentido não é falar uns para outros, mas também para os cidadãos de modo a que estes percebam que, por um lado, se traz aqui a política que lhes diz respeito e a política que lhes interessa e, por outro lado, ficarem a saber da parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal as respostas que vão sendo dadas. Outro aspeto muito relevante foi a criação de um espaço para debates de atualidade sobre temas estruturais. Isto é muito importante. As vezes fica-se aqui só com questões que têm de ser resolvidas no curto prazo mas, por vezes, ter-se-á de fazer debates mais alargados. Uma outra questão relevante para os membros da Assembleia, eleitos pelo partido da oposição, é que a Câmara Municipal fica obrigada a responder aos requerimentos antes da Assembleia Municipal seguinte, um princípio democrático. Um aspeto sempre difícil de dirimir nestas discussões é a questão dos tempos. Obviamente que tanto o PS, como o CDS-PP, gostariam que os tempos fossem mais alargados mas este ponto a que se chegou é um ponto de compromisso e decorre do princípio de que terão de atender, àquilo que foram os resultados eleitorais e, neste caso, ao peso muito substancial da parte do PSD. Sendo um aspeto em que nenhum dos grupos municipais está totalmente confortável com o resultado final mas é um ponto de compromisso que honra qualquer um deles. A última palavra é a de elogiar o trabalho feito, quer do senhor Deputado Jorge Pereira, do senhor Deputado Juan Martins e do senhor Presidente da Assembleia Municipal, bem como a colaboração do senhor Deputado Victor Neto que fez um excelente trabalho e que acompanhou o grupo desde a primeira hora. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que a maior parte daquilo que havia para dizer está dito. No entanto, realçou que este documento parece que foi uma coisa simples mas houve muita discussão entre quem estava na mesa, e eram cinco. É muito mais fácil para o PS e para o CDS-PP reunir o grupo municipal, porque tem menos membros, e discutir aquilo que estava a ser feito do que para o PSD, que tem um número de membros muito mais alargado. Este foi um trabalho de cedências e um trabalho de discussão que dignifica a Assembleia Municipal. Pode concordar-se mais, ou menos, com alguns pontos mas é o que se tem e, repete, dignifica muito este órgão. Agora, o próximo trabalho será o de fazer cumprir o Regimento. O

senhor Deputado pede aos membros da Assembleia Municipal que leiam o documento com muita atenção, porque este é um documento que responsabiliza muito as pessoas que fazem parte deste órgão, para depois não haver surpresas e solicita ao senhor Presidente da Mesa que faça cumprir aquilo que está no Regimento. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e salientou que este foi um trabalho de todos os que se envolveram nesta revisão, da qual o PS sempre se empenhou, que resultou bem e que foi feito de boa-fé e que a Mesa da Assembleia, para além de assumir agora à letra o Regimento que foi criado, deve assumir, na gestão importante que tem nestas Assembleias, aquilo que é o espírito da letra que tem a ver com o reforço da democracia deste órgão e que tem a ver com o exercício da competência principal desta Assembleia que é o de escrutínio e monitorização do órgão executivo. Há aqui matérias que foram instituídas por evidente unanimidade, tais como a transmissão *on-line*, a introdução de debates da atualidade, muito importantes, porque a Câmara Municipal tem sempre muita resistência em aceitar propostas de melhoria do orçamento e nada melhor do que diversificar estes canais de auscultação da própria Assembleia e da auscultação da população considerando que estes debates da atualidade devem ser alargados à população. Esta Assembleia não se esgota neste Regimento e, por isso, compete à mesa gerir os tempos com bom senso, deve, para além da legislação geral que condiciona este documento, promover o envio dos documentos com a antecedência necessária. Há aqui documentos que passam pela Câmara Municipal muitos antes de passar pela Assembleia Municipal e era muito útil que os membros da Assembleia Municipal pudessem ter esses elementos já consolidados um pouco antes do que tem sido hábito. Uma outra competência da Assembleia Municipal é a distribuição da ordem de trabalhos e o senhor Deputado considera que os assuntos de maior relevo deviam ser os primeiros a serem discutidos. É necessário avançar-se rapidamente com as melhorias que foram aqui instituídas, e muito bem, com o trabalho de todos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que a Câmara Municipal não teve qualquer influência neste documento, exceto o trabalho dos técnicos da Câmara nomeadamente o Dr. Laerte Pinto, na revisão jurídica do Regimento, mas apraz-lhe registar que haja bom senso e colaboração para dar cumprimento ao que vai aqui ser aprovado. O senhor Presidente felicitou todos os intervenientes neste trabalho e deixou uma palavra de destaque para o grupo municipal do PSD, não querendo obviamente menosprezar o trabalho dos outros grupos, porque houve tempos em que as maiorias eram muito rígidas no Concelho de Vagos mas, felizmente, hoje vive-se num ambiente democrático. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- No final o senhor Presidente da Assembleia Municipal felicitou os membros da Assembleia Municipal por este grande ato de aprovar um Regimento por unanimidade e reforçou a importância do acompanhamento do Dr. Laerte Pinto. -----

----- Quando eram cerca das vinte horas e trinta e nove minutos regressou à sessão o senhor Deputado Nuno Moura. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 28 de novembro de 2019. -----

----- PONTO TRÊS: PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DE VAGOS (PIMVagos) – FERNETO – MÁQUINAS E ARTIGOS PARA A INDÚSTRIA ALIMENTAR,S.A. – CANDIDATURA;

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o Grupo Fernetto é um dos mais representativos e importantes do Concelho de Vagos e este tipo de apoios e de iniciativas, de caráter público privado, que se demonstrem como uma mais-valia para a economia são sempre bem-vindas e têm todo o apoio do grupo municipal do CDS-PP. -----

----- Entretanto, quando eram cerca das vinte horas e trinta e nove minutos regressou à sessão o senhor Deputado Nuno Moura. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 28 de novembro de 2019. -----

----- PONTO QUATRO: ESPAÇOS DO CIDADÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – DECRETO-LEI Nº104/2018, DE 29 DE NOVEMBRO; -----

----- A senhora Vereadora Sara Caladé fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que não é verdade que o senhor Presidente da Câmara tenha dito aqui que responde a tempo e horas às solicitações e aos requerimentos dos membros desta Assembleia. No início deste ano o senhor Presidente da Câmara não respondeu ao PS em tempo oportuno e depois quis fazer *“aqui o número na Assembleia”* e, mais recentemente, o senhor Deputado teve de pedir por três vezes ao senhor Presidente da Assembleia, e aos serviços, que lhe fosse enviado o documento que o senhor Presidente aqui apresentou, porque andou meses sem o enviar. No que diz respeito a este ponto da ordem de trabalhos salientou aquilo que já tem referido quando, nos últimos meses, a Câmara tem inscrito a questão da descentralização na ordem de trabalhos. Do ponto de vista do grupo municipal do PS, em termos políticos, é muito importante o que está a acontecer em Portugal e é muito importante este movimento de passagem de competências da administração central do Estado para a Administração Local. É óbvio que a Administração Local, nomeadamente as Câmaras Municipais, tem que assegurar os legítimos interesses dos municípios e dos munícipes mas este movimento é muito importante e andasse bem quando se entende que estão reunidas condições de exercer melhor, do que a Administração Central, algum tipo de competências. Neste

ponto o grupo municipal regozija-se por a Câmara Municipal, no caso do Espaço do Cidadão, reconhecer esta transferência de competências e aderir a isso mesmo. No entanto, o senhor Deputado não percebeu, tão bem, o procedimento de ter de se revogar em parte, a decisão tomada na última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente porque um dos documentos em anexo tem a ver com o tratamento dos animais. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que este processo vai dando os seus frutos e deu os parabéns à Câmara Municipal por aderir a mais uma transferência de competências. Relativamente a esta transferência em concreto o senhor Deputado perguntou o que é que esteve na base na escolha do espaço, ou seja, porquê em Fonte de Angeão, em detrimento de outros locais, quais os critérios objetivos, qual o edifício onde vai ficar instalado. Há pouco o senhor Presidente falou aqui em emigrantes e o senhor Deputado pensa não ser possível acoplar aqui uma medida que está a ser posta em prática por vários Municípios do país que é o Gabinete de Apoio ao Emigrante. Este gabinete é uma estrutura muito fácil de instituir numa Autarquia, com um processo muito fácil de dialogar com a tutela, designadamente com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Portanto, seja acoplado a este Espaço do Cidadão seja a outro, tendo em conta o histórico de emigração, pode ser útil ao Concelho de Vagos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para esclarecer as dúvidas colocadas pelos senhores Deputados. Assim sendo, e referindo-se à intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, esclareceu que não é verdade o que aqui foi dito, ou seja, na hora em que apresentou o documento foi entregue a resposta formal ao senhor Presidente da Assembleia Municipal. A apresentação foi enviada posteriormente, é verdade, agora a resposta formal foi entregue à Assembleia Municipal no dia em que foi feita essa apresentação. E o senhor Deputado que tinha colocado umas questões na Assembleia anterior teve as respostas na sessão seguinte, e respondeu não porque lhe foi pedido mas porque entendeu que devia esclarecer algumas coisas a dúvidas que foram deixadas no ar. Portanto, a informação do Presidente da Câmara será alterada por sugestão dos senhores Deputados terá é de haver uma proposta. Quanto às questões colocadas pelo senhor Deputado Bruno Julião sobre a transferência de competências, este processo teria todas as virtudes desde que fosse, de facto, uma realidade. O problema é que no caso concreto o que se está aqui a fazer é a voltar atrás com uma decisão que já havia sido tomada, por uma razão, ou seja, a Câmara havia negociado dois Espaços do Cidadão e o critério para ser aplicado na zona sul é obviamente na Freguesia mais distante do Concelho de Vagos. Portanto, se já existe um Espaço do Cidadão no centro da Vila fazia todo o sentido instalar o outro no sul do concelho. O problema da descentralização de competências é que até hoje não há respostas: na área da educação que era para entrar em vigor em setembro vai entrar em janeiro do próximo ano, e terá de se ver como; a questão das Infraestruturas de Portugal, a EN109, foi aprovada aqui em fevereiro a transferência da competência e até agora não há qualquer resposta, e o prazo de resposta era de sessenta dias; em relação ao património, segundo a primeira proposta que o Governo enviou, Vagos não tinha nenhum património para receber. Infelizmente,

ter-se-á de avançar, e o processo tem todas as virtudes, desde que fosse efetivamente desbloqueado aquilo que são as verbas e as condições necessárias para que de facto os Municípios exerçam essas competências. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que já foi falado quase tudo exceto uma questão que considera como que “*uma chantagem*” da AMA quando já está um protocolo assinado. Depois disto, vir dizer que o Município só pode ter outro balcão do espaço do Cidadão se assinarem a transferência de competência nesta área não parece nada correto, pois este assunto é anterior à descentralização. Todos estão de acordo com a descentralização, seja bem-vinda, a questão está no modo como ela é feita., ou melhor, como é que ela não é feita. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para esclarecer uma questão levantada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar que por lapso não fez na intervenção anterior. A deliberação tomada na sessão de junho foi muito vasta e o que se está a pedir agora aos senhores Deputados, de acordo com a proposta que aqui está bem clara, é só para revogar o ponto relativamente aos espaços do Cidadão. Portanto, é a única coisa que se vai revogar desse assunto, ou seja vai-se voltar atrás e dizer que se quer a competência do Espaço do Cidadão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu à votação, a proposta de aceitação das competências previstas no DL 104/2018 de 29 de novembro, para o ano 2020 no domínio da instalação e gestão de Espaços Cidadão, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**, assim como a revogação, na parte aplicável, da deliberação tomada sobre o assunto na sessão de vinte e oito de junho de dois mil e dezanove. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de dezembro de 2019. -

----- **PONTO CINCO: ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DE SÃO SEBASTIÃO – APROVAÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que, e não sendo contra a melhoria da zona envolvente à antiga Cerâmica, pessoalmente, e como a sua atividade é o comércio, e continua a achar que o comércio é aquela atividade que chama as pessoas ao centro, às pequenas ruas, aos sítios onde se possam movimentar, não pode votar favoravelmente este processo. Para além disto entende que Vagos, neste momento, já tem áreas comerciais de grandes dimensões em grau suficiente. As grandes superfícies não são só para as pessoas irem fazer compras. As grandes superfícies também são para as pessoas que lá trabalham e quem lá trabalha vai ter que ter, além de vencimentos baixos, horários de trabalho não compatíveis com os horários normais dos cidadãos. E se se apela tantas vezes ao lado familiar e à natalidade como é que se vai querer que as pessoas que trabalham nestas grandes superfícies consigam ter tempo e disponibilidade para o lado familiar. Por esta e por mais algumas razões, e mesmo sabendo que

aquela zona precisa urgentemente de ser requalificada, o senhor Deputado não consegue votar de outra maneira e, por isso, votará contra neste ponto. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que ao ler a documentação relativa a este ponto percebe-se facilmente o que se tem passado em Vagos na última década. Relativamente ao Plano de Pormenor começa assim: “ *decorreram mais de dez anos desde a entrada em vigor deste Plano de Pormenor e verifica-se que a significativa área que íntegra o Plano não foi executada.*” Portanto, isto é verdade. Não é normal é haver um executivo a assumir assim esta questão, ou seja, que realmente aquele Plano de Pormenor está parado há dez anos. Relativamente à parte da Cerâmica abre ali uma boa opção. O documento está bem feito, até no que respeita ao rácio ocupado, a zona verde e também da chaminé da antiga cerâmica, já aqui falada por diversas vezes, que se prevê ser recuperada. Relativamente à área disponibilizada aos Bombeiros Voluntários deixou o senhor Deputado bastante satisfeito, uma vez que esta é uma instituição que lhe diz muito, porque a possibilidade de, naquele espaço, ser construído um hotel não era coisa que lhe agradasse muito. Em relação à intervenção do senhor José Martins o senhor Jorge Pereira referiu que se é para olhar para a questão dos horários então ter-se-ia de fechar 90% das fábricas no Concelho de Vagos, porque, por exemplo, as Cerâmicas na Zona Industrial de Vagos trabalham por turnos. O fator que considera importante é o diferenciador da oferta, isto é, não é fazer Hipermercados por fazer e sim puxar para ali uma solução integrada de lazer e de compras da que existe atualmente no Concelho. Esta questão não passa diretamente pela Câmara mas fica a nota. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra referiu que concorda com a questão do plano, que na sua opinião a recuperação daquela área e a reposição do espaço dos Bombeiros Voluntários são as partes mais positivas. Descordando com o que foi dito com o senhor Deputado José Martins, o prejuízo que uma superfície daquele género pode trazer, e por já existir uma perto daquela área, que abrirá brevemente, é o facto de estar muito no centro da vila. Contudo, os benefícios serão bastante superiores ao prejuízo. O pequeno comércio que será afetado são cerca de cinco ou seis estabelecimentos, mas os benefícios e crescimento que este investimento pode trazer é muito superior ao prejuízo. Quando estas superfícies comerciais apostam numa localização desta ordem acreditam naquilo que estão a fazer, portanto, não o fazem de qualquer maneira. Na opinião do senhor Juan Carlos Martins o pequeno comércio não perde nada com estas grandes superfícies. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que relativamente à questão dos Bombeiros Voluntários, e sendo Presidente da Assembleia Geral desta entidade, entende que está inibido de votar neste ponto da ordem de trabalhos. Em termos de comentários à proposta referiu dois aspetos. O senhor Deputado ficou surpreendido por não ter havido nenhum comentário, nenhuma observação e nenhuma participação no debate público sobre esta matéria, pois parece-lhe demasiado importante, nomeadamente para Vagos e para as pessoas daquela zona, para que nenhuma pessoa se tenha manifestado. Esta situação é má para todos, nomeadamente para os decisores políticos, porque era importante terem o *feedback* das pessoas. Por outro lado, a

intervenção do senhor Deputado José Martins fez-lhe pensar num outro aspeto, isto é, quem anda na vida política há muito tempo às vezes acerta outras erra. Durante muitos anos o senhor Deputado Óscar Gaspar defendeu que a Câmara Municipal não devia ter um edifício novo aqui na zona e deveria aproveitar outro espaço, nomeadamente o espaço da Escola Secundária, para onde foi. Hoje entende que este foi um erro da sua parte, esta tomada de posição. Podia ter sido positivo a Câmara Municipal ter saído deste edifício, porque não havia na altura meios financeiros para construir uma Câmara nova, mas foi dramático para o centro da Vila de Vagos. Foi o princípio de uma fase de degradação muito forte da Vila, porque as pessoas à conta da Câmara mas também do tribunal e de outras infraestruturas e serviços públicos, obviamente, frequentavam o centro da Vila e deixaram de frequentar. Hoje o centro da Vila está muito mais deserto do que antes de a Câmara ter saído daqui dos Paços do Concelho. O alerta do senhor Deputado é se for criado um outro espaço mais apelativo fora desta zona que não se descure que esta parte também é importante, porque corre-se o risco de estar a mandar as pessoas para outras cidades próximas de Vagos. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que não era para intervir porque o assunto em causa não tem interferência direta nos Bombeiros Voluntários mas depois da tomada de posição do senhor Deputado Óscar Gaspar, Presidente da Assembleia Geral, entende que como Presidente da Direção daquela instituição juntar-se-á a ele e também não irá participar na votação deste ponto. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que esta alteração ao Plano não beneficia em nada os Bombeiros e, portanto, não vê necessidade desta tomada de posição por parte dos senhores Deputado Óscar Gaspar e Nuno Moura mas respeita a decisão de ambos. Em relação ao Plano, propriamente dito, o senhor Presidente compreende todas as tomadas de posição dos senhores Deputados e também concorda com o senhor Deputado Óscar Gaspar no que respeita à mudança do edifício da Câmara Municipal. Este será o grande mérito desta proposta. O espaço da antiga cerâmica é um espaço privado e à Câmara cabe-lhe, única e simplesmente, fazer os planos. O facto de ter demorado dez anos a encontrar uma solução para aquele espaço foi a crise que se fez sentir, especialmente no setor imobiliário. Hoje fazem falta casas para vender e arrendar em Vagos. O senhor Presidente também compreende muito bem a posição do senhor Deputado José Martins, pois sente que estas coisas são um risco e não se pode deixar de considerar este tipo de opiniões. Em relação a esta proposta há aqui um despoletar inicial, nomeadamente com os interessados, os donos do espaço, e entendeu-se na avaliação entre os fatores positivos, que esta alteração, e os fatores negativos, concluiu-se que os primeiros se suplantam face aos segundos. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião pediu para voltar a usar da palavra e referiu que este assunto, até pelo que acabou de ser dito pelo senhor Presidente da Câmara, suscitou um conjunto de questões que poderão merecer algum debate um pouco mais aprofundado. Em primeiro lugar nunca houve uma discussão pública com todas as pessoas que deviam ter participado nesta discussão, nomeadamente as pessoas que moram naquele Bairro de modo a serem informadas do

que se estava a passar. O senhor Deputado não quer que estas palavras seja entendidas como uma crítica mas gostaria de saber se este processo não poderia ser auscultado de outra maneira de modo a permitir ouvir as pessoas que estão lá. As reflexões que foram aqui trazidas, de forma muito autêntica por todos, são muito úteis para se pensar nos passos, nas decisões em relação aos espaços, como é que vão ser utilizados, seja na forma de tentar que um espaço privado possa ter uma parceria com um Município. Algumas coisas não são possíveis e outras podem ser. Há muitas Câmaras Municipais que compram espaços privados para gerarem um sítio onde se pode captar e gerar receitas, pensados de forma mais criativa por se encontrarem em sítios nobres do Município. O senhor Deputado considera que há muita coisa neste processo que ainda pode ser alvo de muita reflexão e, por isso, fica aqui a proposta aos proponentes da proposta. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que em sede de Câmara Municipal foi necessário adiar o assunto, porque o período de discussão pública e a discussão em Assembleia Municipal iria ultrapassar os prazos para a alteração do Plano. Iniciando o processo de alteração tem-se doze meses para a executar. O prazo já foi, entretanto, prolongado. Este assunto foi publicitado nos jornais, nas redes sociais, ou seja foi feito tudo o que estava ao alcance da Câmara Municipal para dar conhecimento desta proposta. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com o 1 (um) voto contra, do senhor Deputado José Augusto Martins do grupo Municipal do PSD e com uma abstenção, do senhor Deputado Bruno Julião do grupo municipal do PS. No momento da votação ausentaram-se da sessão os senhores Deputados Óscar Gaspar e Nuno Moura, por fazerem parte dos órgãos sociais dos Bombeiros Voluntários. ----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 05 de dezembro de 2019. -----

----- **PONTO SEIS: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO NO ANO 2020;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal relativa à contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante de 400.000,00 € com o Millennium, BCP, disponibilizando-se no final para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve intervenções. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 31 de outubro de 2019. -----

----- **PONTO SETE: ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2020;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que iria começar por discordar do senhor Presidente da Câmara, ou seja, ele pode achar que este documento cumpre todos os requisitos formais legais mas é a interpretação dele. A lei 24/98, que é o estatuto de direito da oposição, diz no seu nº3 do artigo 5º o seguinte: *“Os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das Autarquias Locais e que não faça parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.”* Que fique registado que pela parte do PS este requisito legal não foi cumprido. Quando o senhor Presidente da Câmara, em março, ao abrigo desta lei, tiver que apresentar o relatório do cumprimento do estatuto da oposição contará, com toda a certeza, com o voto negativo do PS a esse documento. Entretanto, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se dentro daquilo que foi o diálogo com as diversas forças partidárias se acolheu as que foram as propostas do PS, nomeadamente: uma dotação financeira para a criação municipal da recolha de resíduos em espaços públicos, natureza e bermas de vias de circulação; uma dotação para aquisição de veículos de lavagem e aspiração de pavimentos e vias públicas; transporte entre a Zona Industrial, as várias zonas do Concelho de Vagos e o Parque Empresarial de Soza. Hoje ouviu-se o senhor Presidente lamentar o facto da Zona Industrial de Vagos não estar coberta por transportes públicos e, por isso, o grupo municipal devolve-lhe a pergunta, isto é, o que é que a Câmara Municipal está a fazer nesse sentido. Em relação ao documento propriamente dito, outra crítica que vai sendo feita ao longo dos tempos é que vem em formato *pdf* e os quadros podiam vir em folhas *excel* que permitisse que fossem estudados de outra forma. Ao senhor Deputado parece-lhe que este ano o documento está particularmente mal escrito e a culpa não será, com certeza, do relator, será mais daquilo que são as ideias inspiradoras do documento. O documento começa logo mal, falando de incertezas e de um clima de abrandamento económico que não está confirmado em nenhum elemento. Aliás, as últimas previsões que existem, para o crescimento económico do próximo ano, apontam para um crescimento de 1,93%, ligeiramente superior ao deste ano. Não há nenhum indício de arrefecimento, antes pelo contrário. O que pode ter acontecido é este texto ter sido feito há já algum tempo e, entretanto, as coisas ter-se-ão vindo a alterar, algumas delas de forma significativa e positiva e, portanto, é possível. Não há à data de hoje, vinte e sete de dezembro, nenhum motivo para começar este documento desta forma. O segundo parágrafo vem aqui referir o ano de dois mil e onze e a crise de dois mil e onze. É um pouco estranho num orçamento, de uma Câmara Municipal, para dois mil e vinte ter que se ancorar naquilo que é a política nacional de há nove anos atrás. Depois, o texto continua com uma série de justificações: o atraso no arranque do QREN; o atraso no arranque do 2020. São apontados vários problemas pelo meio. O senhor Deputado não encontra, neste elenar daquilo que é a proposta do orçamento e plano de atividades, nenhuma visão para o Concelho de Vagos, e essa é que é a preocupação. O orçamento e o plano de atividades para 2020 devia estar em linha com aquilo que se pensa que é o Concelho. Dando um pequeno exemplo, não há sequer uma referência ao turismo, portanto, o

turismo não é importante para a Câmara Municipal e entende-se que não é relevante em termos de polo de desenvolvimento para o Concelho. Este Município tem grande potencial em termos de turismo, e não é só a Vagueira, e é inconcebível, naquilo que é as prioridades que não apareça sequer uma referência. Por outro lado, o senhor Presidente falou das questões da cultura e como as Câmaras é que tinham de desenvolver a atividade cultural, porque outros não o faziam. O senhor Deputado percebe a crítica mas no final da página cinco, deste documento, diz: *“destacamos as diversas ações previstas que visam a divulgação e a promoção do Município, componente turística e cultural para 2020 como: a NATÁL (i) A – a Terra do Pai Natal; as Festas de Vagos; o Vagos Metal Fest; o Vagos Sensation Gourmet e o programa Animar o Verão.”* Esta é a visão que a Câmara Municipal tem de cultura, ou seja, a Câmara entende que cultura é festas, animar o povo. Por ventura, é por isso que dá tão pouco destaque à cultura e não se encontra aqui, verdadeiramente, nenhuma linha de atuação coerente. O senhor Deputado considera não ser boa linha de atuação política uma espécie de *“Chico expertismo”*, descrita no antepenúltimo parágrafo da apreciação do senhor Presidente, onde diz conclusões - pretendemos fazer mais obras- e depois diz-se *“não pretendemos que este nível de investimento seja feito à custa dos vaguenses.”* É uma coisa que até se pode perceber, o que é que se pretende dizer, mas é algo que não fica bem. O dinheiro público, seja ele do orçamento de Estado seja ele de fundos comunitários, é dinheiro dos cidadãos e dinheiro dos contribuintes. Estar aqui a passar a ideia de que se vai buscar dinheiro aos outros para pagar as “nossas” obras não é bom argumento negocial, nomeadamente para captar fundos para o Concelho de Vagos. O senhor Presidente tem aqui sempre uma visão muito maniqueísta de *“nós somos o Município, nós somos a Câmara, nós somos bons, nós fazemos aqui o trabalho abnegado em prol do bem comum e depois o Estado central, nomeadamente o Governo que agora é Socialista são uns malandros não dão para cá nada, só veem a cultura elitista, atrasam os processos de desconcentração de poderes e isto é uma coisa inaceitável.”* Esta não é a boa linha de orientação. As Autarquias também são Estado, têm de se comportar e articular com o Estado, nomeadamente com a Administração Central e com a Administração Regional e, portanto, seria bom que a par e passo se fizesse esta linha de parceria. Quem olhar para o orçamento e vê que este é de vinte e quatro milhões de euros pensará, como diz a Câmara, isto não é tudo do bolso dos vaguenses. Felizmente, não é tudo do bolso dos vaguenses, ou seja, há transferências muito significativas em termos correntes, em termos de capital, em termos de fundos comunitários que vêm do orçamento do Estado, e isso é bom que se perceba. O desafio aqui era fazer-se como se faz em outros Municípios, e como faz também o Governo, e não é só o Governo do PS, que é fazer um orçamento que fosse também apresentado aos cidadãos e que os vaguenses conseguissem perceber que os vinte e quatro milhões de euros que a Câmara tem para gerir para o ano, de onde é que o dinheiro vem, onde é que vai ser utilizado, quais as opções que se tomam. Sinceramente, se a Câmara não o faz ou não o fizer, o PS está em condições de, nas próximas semanas, depois do orçamento estar aqui aprovado, fazer um orçamento do cidadão, embora não seja o seu orçamento, com toda a certeza, mas dizer aos cidadãos, exatamente, o que é que é um orçamento da Câmara Municipal. Como já vem referindo

nos últimos anos, o senhor Deputado terminou a sua intervenção dizendo que não vale a pena olhar para o Plano Plurianual de Investimentos, isto não é para levar a sério, não é para cumprir. O tempo mais mal gasto aqui nesta Assembleia municipal é a aprovação destes orçamentos. Este orçamento vale só a pensa enquanto limite de despesa para a Câmara mas não vale nada em termos de orientação daquilo que são as opções políticas do Executivo em termos de desenvolvimento de Vagos. -----

----- Quando eram cerca das vinte e uma horas ausentou-se da sessão a senhora Deputada Andreia Marques. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra para fazer algumas questões relativamente ao documento. Na página cinco está escrito que é necessário encontrar soluções financeiras para executar os fundos aprovados, aproveitando esta oportunidade para alavancar nos fundos estruturais do Portugal 2020 alguns dos investimentos importantes e estruturantes para o Concelho. Aquilo que o grupo municipal do CDS-PP quer saber é qual é a avaliação que a equipa de projetos de fundos comunitários e estabilidade da Câmara Municipal faz e qual é a avaliação que a Câmara Municipal faz em relação a esta equipa. Em termos de funções económicas dois pontos importantes que muito dizem ao senhor Deputado: a Regeneração Urbana do Largo da Capela da Carregosa, que continua mais uma vez em plano, passados dois anos ainda se continua a espera da proposta; Reparação da Escola da Carregosa. Em termos de valores sociais o valor previsto em orçamento municipal é de cerca de dois milhões de euros aos quais terão de se acrescentar ainda o aumento das despesas com o pessoal não docente que será integrado no mapa de pessoal. Há pouco o senhor Presidente afirmou que há um aumento de cerca de um milhão de euros. Esta afirmação está descontextualizada? Perguntou. Em relação ao Palacete Visconde de Valdemouro é uma ação que tem o processo de execução concluído, com o concurso da empreitada a ser lançado ainda em dois mil e dezanove mas com início da execução em dois mil e vinte. O senhor Deputado quer saber se o concurso da empreitada já foi lançado. No que respeita ao ambiente o senhor Deputado verificou que não existe nenhuma informação relativamente a este assunto. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e pegando na questão do Palacete Visconde de Valdemouro referiu que esta é uma “*guerra antiga*” do CDS-PP. Na informação do senhor Presidente da Câmara não vem qualquer referência a este assunto, dizer que isto está tudo pronto, que o processo está a avançar e que a obra vai ser feita em dois mil e vinte não parece muito provável, ainda nem o projeto foi visto. Relativamente ao documento, este orçamento é como os outros, ou seja, é tudo igual, as atividades são as mesmas, aquilo que o senhor Presidente chama de cultura é tudo igual. Não há um evento novo, não há uma reformulação a nível do turismo, num Concelho com ria, com mar e com floresta. Em termos de atividades e em termos de investimento diferenciador continua-se na mesma. Tecnicamente sabe-se que o documento tem de ser um pouco assim, esta parte das engenharias financeiras. Se por um lado se ouve o senhor Presidente a dizer que do lado da receita não se pode ir buscar mais aqui ou ali por outro lado olha-se para o orçamento e, pelo menos, nas receitas e nas despesas há dez milhões que estão

completamente empolados, vinte e tal milhões e executam-se só doze ou treze. Este é um orçamento para vaguense ver e que é tudo uma miragem, basicamente as grandes obras que aqui estão todos sabem o que lhe vai acontecer, vão para dois mil e vinte, depois para dois mil e vinte e um. As expectativas deste orçamento dificilmente não sairão frustradas. O que o grupo municipal do CDS-PP aqui queria deixar é que realmente das cinco ou seis tarefas, em dez, que são feitas se fossem bem feitas estava tudo bem, mas isso nem sempre acontece. Mesmo o que é executado muitas das vezes é mal executado. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que tem algumas limitações na leitura de determinados parâmetros destes orçamentos, sobretudo aqueles que dizem respeito a números. Mas aquilo que gosta de ver é que às áreas da cultura e da educação a Câmara Municipal não tem fechado a mão. Enquanto membro desta Assembleia, enquanto cidadão e enquanto membro de algumas associações, pelas quais vai passando, sente exatamente isto e sente uma grande esperança, porque Vagos tem tanto potencial, tem tantas associações, tem dado tanto e levado tão longe o nome deste Concelho. Por tudo isto, pede que continuem a dar a mão a todos mas lembra que não se pode estar só à espera que deem, todos têm de fazer cultura. Este é o grande desafio, porque se derem tudo de *“mão beijada”* não se vai a lado nenhum. O que se precisa é de pequenas ou grandes ajudas e é isso que esta Câmara tem feito e, por isso, muito obrigado. Ao ler estas páginas do orçamento o senhor Deputado sentiu que os vaguenses não vão ser defraudados, principalmente em relação à cultura e à educação. Os orçamentos são propostas, são perspectivas, foram aqui trazidos aquilo que fora as evoluções dos últimos tempos, nomeadamente nas delegações de competências. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para dar resposta aos esclarecimentos solicitados pelos senhores Deputados. Relativamente à cultura, nos últimos anos, Vagos teve o Polifónico de Santa Cecília a atuar na Casa da Música do Porto, teve a Filarmónica Vaguense a atuar num projeto nacional *“Pelos Terras do Zeca”*, em Aveiro e depois convidados a ir a Lisboa. Tudo isto com o *“alto patrocínio da Câmara Municipal de Vagos.”* São estes pequenos gestos que marcam a diferença. Em relação ao orçamento foram pedidos contributos a todos os grupos municipais e a todos os partidos políticos e o que a Câmara Municipal recebeu, do Partido Socialista, foi a limpeza das bermas e o transporte público. Relativamente ao transporte público está incluído no âmbito do concurso na CIRA e, portanto, será lançado, ou seja, é uma questão que está assegurada. A questão da limpeza nas bermas, para além da delegação de competências para as Juntas de Freguesia, virá em breve a esta Assembleia um documento que fala também, além dos Resíduos Sólidos Urbanos, de um lote para limpeza urbana, nomeadamente nos centros urbanos das diversas Freguesias. Em relação ao texto, o problema não é ele estar mal redigido o problema é o senhor Deputado Óscar Gaspar não concordar com o que lá está escrito, nomeadamente com as ideias que lá vêm, principalmente uma que aconteceu em dois mil e onze, muito importante. Em dois mil e onze foi a terceira vez que um Governo Socialista levou um país à bancarrota em que houve necessidade de chamar uma ajuda internacional para poder ter suporte financeiro para fazer face às despesas correntes. O que se tem de ter aqui em conta é que se tem

de fazer uma gestão rigorosa, como a que tem sido feita no Município de Vagos. A dívida do Município de Vagos reduziu cerca de sete milhões de euros, desde dois mil e dez. Em relação à expressão utilizada pelo senhor Deputado Óscar Gaspar “*chico esperto*”, este é o nome dado a alguém que lê uma coisa troncada, que retira o contexto daquilo que está no contexto global. O senhor Presidente leu um excerto que desfaz tudo aquilo que foi dito pelo senhor Deputado. “*Para a concretização dos objetivos vamos ter de voltar a contratar empréstimos bancários em dois mil e vinte, nomeadamente para suportar os investimentos relativos à parte não financiada dos diversos projetos previstos. Essa verba será somada à verba a receber dos diversos programas operacionais nas diversas candidaturas que o Município tem aprovadas no âmbito do Portugal 2020. Só assim é possível a um Município que tem poucas receitas, mas que sempre tem optado por não onerar os munícipes, realizar obra mantendo o IMI na sua taxa mais reduzida. Não pretendemos que este nível de investimento seja feito à custa dos vaguenses, mas sim através de vários mecanismos que vamos encontrando para fazer face às nossas necessidades. Este trabalho requer um elevado nível de empenho de todo o executivo, mas nada disto seria possível sem o estimável apoio de todo o quadro técnico da Câmara Municipal. Cientes da dura tarefa que nos aguarda em dois mil e vinte, com diversas intervenções, diversos projetos novos, com a transferência de competências, com o contínuo crescimento do nosso tecido empresarial, estamos certos que será necessário o empenho de todos para continuar a fazer do Município de Vagos um território mais coeso, nos mais diversos domínios, uma terra de referência e um local de destino.*” Assim é o texto todo e que contraria tudo aquilo que o senhor Deputado Óscar Gaspar aqui afirmou. Quanto às questões do senhor Deputado Hugo, as candidaturas preveem um montante de financiamento e para a componente não financiada o Município tem de ter soluções de recursos próprios, que podem ser por força das receitas normais que tem ou contração de novos empréstimos e se for para fazer tudo o que aqui está previsto a contração de empréstimos continuará em dois mil e vinte e um. Em relação à reparação da Escola da Carregosa há aqui algumas obras, que estão referenciadas, que têm a ver com o furacão Leslie. O Município obteve um financiamento de treze e qualquer coisa mil euros e só ainda recebeu sessenta mil, ou seja, o restante será recebido durante o ano de dois mil e vinte e aí já haverá margem para fazer essas intervenções, nomeadamente o muro da Escola da Carregosa que faz parte desse bolo global. No que respeita às questões do senhor Deputado Jorge Pereira, em relação ao facto das obras que têm corrido mal o senhor Presidente não sabe a que obras é que o senhor Deputado se refere, porque tem corrido tudo dentro da normalidade. Em relação ao turismo há: o Centro de Promoção e Desenvolvimento para Desportos Náuticos, cujo a obra já está lançada a concurso, que é basicamente a recuperação da Escola da Vagueira CTT, como era conhecida; o apoio que tem sido dado ao Agrupamento de Escolas de Vagos no âmbito do desenvolvimento de atividades ligados aos desportos náuticos; a construção do Centro Náutico e Piscatório, com o projeto já aprovado. Relativamente ao Palacete Visconde de Valdemouro o projeto e a empreitada foram aprovados na reunião de Câmara Municipal do dia dezanove de dezembro de dois mil e dezanove.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos contra dos membros do grupo municipal do CDS-PP e do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de dezembro de 2019. -----

----- PONTO OITO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 850.000,00€ - BENEFICIAÇÃO DA EM 598 – RINES/SANCHEQUIAS – 2020; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal relativa à proposta para contratação de empréstimo bancário de médio/longo prazo até ao montante de 850.000,00 € para a obra de Beneficiação da EM 598 – Rines/Sanchequias como o Banco BPI, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o Partido Socialista avisou a tempo que o processo não ia passar no Tribunal de Contas e o montante de endividamento previsto não permitia que aquele empréstimo fosse feito. Entretanto, o senhor Deputado voltou a não entender o argumento apresentado pelo senhor Presidente da Câmara, porque segundo a informação que foi enviada para o ponto um da ordem de trabalhos o limite de endividamento é de seiscentos e tal mil euros e, portanto, não é suficiente para um empréstimo de oitocentos e cinquenta mil euros. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e explicou que o empréstimo foi aprovado, não pelo montante que se queria mas foi aprovado. É opinião da Câmara Municipal de Vagos, e da IGF, que o método de análise do Tribunal de Contas está errado. O senhor Presidente discorda, do método de análise do Tribunal de Contas. Agora, entende que o Tribunal de Contas tem de visar o contrato e em vez de se andar a perder tempo aprova-se segundo as suas indicações. Entretanto, não teve nenhuma consequência para o Município de Vagos aquilo que o senhor Deputado referiu. Em relação à estimativa que é feita, na informação prestada, é calcular para os dados de dois mil e dezanove, neste caso. Para o ano de dois mil e vinte ir-se-á ter em conta a média da receita dos últimos três exercícios, ou seja, dois mil e dezanove, dois mil e dezoito e dois mil e dezassete, o que não acontece na informação que se envia referente a dois mil e dezanove que são considerados os anos de dois mil e dezoito, dois mil e dezassete e dois mil e dezasseis. Em outubro de dois mil e dezanove a capacidade de endividamento calculada por estimativa é superior, em algumas centenas de milhares de euros, aos oitocentos e cinquenta mil euros que se está aqui a solicitar. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que estão dois documentos na Assembleia Municipal que nada dizem. Um que diz que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, à data da informação, dezasseis de dezembro, é de seiscentos mil euros e passado duas horas há um pedido para se endividar em oitocentos e cinquenta mil euros. Que fique registado esta incongruência. Por outro lado, quis deixar aqui nota

de que o senhor Presidente da Câmara não intimida o Partido Socialista quando diz que por este ser contra um ponto da ordem de trabalho é contra a obra. Não tem nada uma coisa a ver com a outra, ou seja, uma coisa é ser a favor das obras e do investimento, outra coisa é ser a favor das coisas bem feitas. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que as tomadas de posição do Partido Socialista são tão demagógicas que faz com não consigam “*vender o vosso produto às populações.*” É um facto que o grupo municipal do PS não aprovou o empréstimo. Relativamente à informação, repetiu, esta refere-se ao exercício de dois mil e dezanove, não há duas informações, elas não são contraditórias. A receita que aqui está prevista é a do ano de dois mil e dezoito, dois mil e dezassete e de dois mil e dezasseis. Para o ano de dois mil e vinte a capacidade de endividamento é calculada com base nas receitas do ano de dois mil e dezanove, dois mil e dezoito e dois mil e dezassete. Portanto, não são documentos contraditórios. Há um documento válido para o ano de dois mil e dezanove e uma estimativa que é calculada para o ano de dois mil e vinte. O senhor Presidente pediu autorização à Mesa para que o Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, Dr. Nuno André, usasse da palavra para prestar mais alguns esclarecimentos sobre esta questão. -----

----- O Chefe da Divisão Financeira usou da palavra e esclareceu que aquela margem que está na informação, de seiscentos mil euros, refere-se a setembro de dois mil e dezanove, informação enviada à DGAL. A projeção que se faz para dois mil e vinte tem em conta a capacidade de endividamento em um de janeiro de dois mil e vinte. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que percebeu a oratória do senhor Presidente e a explicação técnica do Chefe de Divisão Financeira da Câmara Municipal, então, convinha que a Câmara Municipal dissesse qual o limite de endividamento com o qual se está a trabalhar. Não pode vir suscitar à Assembleia Municipal uma proposta sem dizer qual é o limite com o qual está a trabalhar. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com os votos contra dos membros do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto nove da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de dezembro de 2019. --

----- **PONTO NOVE: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE MÉDIO/LONGO PRAZO PARA SUBSTITUIÇÃO DE DÍVIDA DO EMPRÉSTIMO PAEL – ADITAMENTO AO CONTRATO.** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal relativa à proposta do 1.º aditamento ao contrato de crédito com o Banco BPI para substituição do empréstimo PAEL, disponibilizando-se no final para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS-PP anda a falar neste assunto há pelo menos dois ou três anos, da renegociação deste empréstimo, e se já apontou algumas deficiências ao *site* da Câmara neste aspeto do PAEL está lá

tudo muito bem explicado. Havia em dois mil e doze dívidas na casa dos cinco milhões de euros e foi nessa altura que houve necessidade de recorrer ao PAEL. Há Municípios vizinhos que já substituíram este empréstimo há mais de um ano, como é o caso de Ílhavo. Na última vez que se falou deste assunto o senhor Presidente da Câmara disse que este é o maior empréstimo da Câmara Municipal, é o mais caro e, por isso, não se entende porque é que se andou tanto tempo para tratar deste assunto. Esta folga que já poderia ter sido aplicada noutras áreas de intervenção do Município ou até mesmo em questões já por diversas vezes aqui abordadas, como por exemplo, na retribuição aos munícipes em forma de desagravamento da taxa de IRS dos valores que entretanto se conseguiu obter com esta renegociação da dívida. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS-PP já andava a pedir a substituição do PAEL quando ainda não era possível fazê-lo. Neste momento o Município de Vagos já não está ao abrigo do regime de ajustamento financeiro que estava quando contraiu o PAEL em dois mil e doze. A adesão do Município ao PAEL deveu-se às dívidas acumuladas de curto prazo que tinha, e à sua transformação de curto prazo em médio e longo prazo, por uma razão, porque o Governo da altura cortou mais de um milhão e meio de euros por ano aos Municípios. Deste modo, tornou-se necessário esse mecanismo financeiro do qual o Município saiu há cerca de um ano e meio. Só depois dessa altura é que se pode fazer o empréstimo de substituição e deu-se início ao processo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dez da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de dezembro de 2019. -----

----- **PONTO DEZ: FIXAR NÚMERO DE REPRESENTANTES DAS ENTIDADES COM ATIVIDADE NO SETOR DE APOIO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVO, QUE INTEGRAM O CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA (ALÍNEA i), Nº1, ARTº 3ºB, DA LEI Nº33/98, DE 18 DE JULHO, NA REDAÇÃO ATUAL);** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização à Mesa para ser a senhora Vereadora Susana Gravato a apresentar este ponto. -----

----- A senhora Vereadora Susana Gravato usou da palavra e explicou que neste ponto o que se pretende é fixar o número de representantes com atividade no setor social, cultural e desportivo. No âmbito da concretização da transferência de competências para as Autarquias Locais saiu um decreto-lei, 32/2019, que vem alargar as competências nos órgãos municipais no domínio do policiamento de proximidade. Tendo em conta este decreto-lei, vem alterar o Conselho Municipal de Segurança. Antes de se aprovar, ou não, o regulamento, que será proposto no ponto seguinte, têm os membros desta Assembleia de fixar o número de representantes nestas três áreas. Esta é a grande alteração da composição. Têm legitimidade para fixarem o número que acharem por bem. A Câmara Municipal, antecipadamente, fez um ponto de situação perante todas as associações, de âmbito cultural, desportivo e social, através dos respetivos Vereadores tendo sido enviado um *e-mail* a todas no intuito de saber se tinham disponibilidade, ou não, para integrar o Conselho

Municipal de Segurança. Conforme está na informação disponibilizada apenas três associações responderam que gostavam de integrar o Conselho Municipal de Segurança. A maior parte, infelizmente, nem sequer respondeu. Posto isto, cabe à Assembleia Municipal fixar o número de representantes, no Conselho Municipal de Segurança, com atividade no setor social, cultural e desportivo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo sido **deliberado por unanimidade** fixar em três o número de representantes sendo um de cada setor de atividade (social, cultural e desportivo), ou seja, a proposta apresentada pela Câmara Municipal.-----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto onze da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de dezembro de 2019. -

----- PONTO ONZE: REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE VAGOS – APROVAÇÃO; -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou autorização à Mesa para ser a senhora Vereadora Susana Gravato a apresentar este ponto. -----

----- A senhora Vereadora Susana Gravato usou da palavra e explicou que tendo em conta o decreto –lei nº 32/2019 foi feito um desdobramento do Conselho Municipal de Segurança. Por um lado tem-se um formato alargado, por outro lado ter-se-á um formato restrito. No formato alargado fazem parte várias entidades e elementos que são os novos a elencar, ou seja: um representante da Polícia Marítima; o Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, os elementos que acabaram de ser aprovados no ponto dez da ordem de trabalhos; um representante do Agrupamento de Escolas de Vagos; um representante do Colégio de Nossa Senhora da Apresentação de Calvão; algumas das pessoas que faziam parte do Conselho, e que continuam. Entretanto, há pessoas que saíram, nomeadamente: os responsáveis das IPSS's, os responsáveis dos Serviços da Segurança Social; o representante da Unidade Local de Saúde, os cidadãos de idoneidade e um representante da Comissão Municipal de Trânsito. As competências são basicamente as mesmas, assim como os objetivos. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Segurança coincide com o mandato dos Órgãos Municipais. O Conselho Municipal de Segurança Alargado reúne ordinariamente uma vez trimestralmente no Edifício dos Paços do Concelho. O Conselho Municipal de Segurança Restrito reúne bimestralmente no Edifício da Câmara Municipal. A tomada de posse destes elementos não será feita junto da Assembleia Municipal, como era no anterior regulamento, mas sim perante a Câmara Municipal. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra para dar algumas sugestões relativas a este regulamento. Seja qual for o formato seria importante que se definisse qual deve ser a periodicidade dos pareceres, caso contrário fica isto com o funcionamento demasiado arbitrário e devia ter alguma disciplina. No entender do senhor Deputado o artigo 3º deveria ser redigido de forma um pouco mais claro, tem a ver com a abrangência das discussões e dos pareceres. Umas alíneas dizem na área do Município e outras não dizem nada, mas é óbvio que a abrangência é Municipal e isso deve ficar claro na redação. Na alínea g) trocava “Municipal” por “população do

Município”, porque pode ser confundida com a Autarquia da forma como está escrito. Não sabendo se houve articulação entre as Associações, porque de facto apareceram três associações, uma de cada área, e no fundo fica mais ou menos resolvido, mas considerando essas poucas respostas o senhor Deputado sugeria que eventualmente, num formato mais alargado, todas as associações pudessem ser convidadas para uma sessão anual de modo a serem auscultadas mesmo que não contassem para o fórum e não assumissem a responsabilidade de pertencerem ao órgão mas que pudessem participar nas discussões. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que parece ter alguma lógica que o Conselho Municipal Restrito seja integrado, também, pelo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vagos, pois estando o Comandante do GNR faria alguma lógica. -----

----- A senhora Vereadora Susana Gravato volta a usar da palavra e esclarece que todas as análises que foram feitas, tanto pelo senhor Deputado Bruno Julião como pelo senhor Deputado Nuno Moura, são de salutar. Contudo, decorre expressamente da lei toda a redação que diz respeito às competências do Conselho Municipal de Segurança. No que diz respeito ao Conselho Municipal de Segurança Restrito decorre da lei os elementos que aqui estão. Outra coisa que não falou há pouco mas que é muito importante é que no Conselho Municipal de Segurança Alargado há um espaço para o público, ou seja, no final o público pode intervir. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto doze da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 19 de dezembro de 2019. --

----- **PONTO DOZE: CONCURSO PUBLICO COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS URBANOS A DESTINO FINAL E LIMPEZA URBANA - AGRUPAMENTO DE ENTIDADES ADJUDICANTES - MUNICIPIOS DE ALBERGARIA-À-VELHA, OLIVEIRA DO BAIRRO E VAGOS – CPS 1/;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Ausentou-se da sessão a senhora Deputada Maria Helena Marques quando eram cerca das vinte e duas horas e trinta e cinco minutos. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e referiu que em relação a este assunto o grupo municipal do CDS-PP esteve sempre contra, desde o início. Em sua opinião quando era a Câmara Municipal a prestar este serviço as coisas funcionavam muito bem. Quando estas funções passaram para a Luságua os resultados estão à vista de todos. Não importa o que se passa nos Concelhos vizinhos, interessa, sim, que em Vagos foi o povo que elegeu os membros da Assembleia Municipal para defender os seus interesses. O Executivo Municipal optou por uma solução privada que tem deixado muito a desejar. O senhor Deputado questiona o senhor Presidente da Câmara se não considera que, neste momento, é um erro todo este processo. No entanto, faz votos de que este novo processo corra da melhor maneira. -----

----- O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por dizer que o PS propôs para o Orçamento de 2020 a necessidade de rever o serviço municipal de recolha de resíduos e a necessidade de contratar um veículo que varra, lave e aspire os pavimentos e as vias públicas. Finalmente, assume-se esta necessidade com esta proposta de contratação. Infelizmente ainda não se entendeu que o Município em vez de contratar deve adquirir uma viatura de limpeza e importa repetir que há imensas Juntas de Freguesia, com a dimensão muito menor que o Município de Vagos, que já têm esse equipamento. Deste modo, o grupo municipal do PS continua a defender que seja uma aquisição e não uma contratação nos termos em que é aqui sugerido. A recolha de resíduos é de facto um problema muito grave no Município de Vagos e, portanto, este assunto carece, efetivamente, de uma discussão. É apresentada uma proposta de grande investimento e, por isso, não deverá ser tratado com ligeireza. Primeiro, trata-se de um documento complexo, um tipo de contratação que é um concurso internacional e que de certeza terá sido muito bem discutido na Câmara Municipal, na Assembleia Municipal não foi o que suscita algumas dúvidas. Esta proposta de solução de integrar vários Municípios tem de ser, inevitavelmente, posta em cima da mesa. O senhor Deputado sempre defendeu contratações de serviços que possam ser o máximo possível intermunicipal, sempre que isso beneficie o Município de Vagos. Neste caso, o que pode permitir é que dá escala a uma prestação de serviço e isso pode tornar o negócio mais atrativo para as empresas concorrentes. Por outro lado, também parece lógica esta intermunicipalidade considerando que há alguma contiguidade urbana em vários pontos da fronteira do Município. No entanto, o senhor Deputado defende que deveria existir alguma proposta alternativa para se poder aqui ponderar e pergunta se essa hipótese foi abordada da Câmara Municipal, e se em algum momento foi considerado voltar a ser a Câmara Municipal a fazer novamente este serviço. Os valores de investimento desta proposta, com aquilo que aqui é apresentado, não resultam de uma consulta preliminar ao mercado. Aquelas consultas preliminares que os códigos de contratação pública permitem e sugerem não foi feito e o senhor Deputado pergunta a que é que isso se deve. Se isto não foi feito, por alguma razão foi e pergunta, se consideram esta opção prudente tem em conta o valor avultado. Perguntou também, se esta proposta resultou de alguma consulta feita a outros Municípios que têm serviços parecidos para se perceber o que é que esteve na base destes cálculos. Pela intervenção do senhor Presidente o senhor Deputado percebeu que se pretende obter aqui um pouco mais de propostas e, por isso, houve uma competitividade maior no concurso, porque a experiência que se teve não foi boa. Houve um aumento do valor médio por tonelada e fugiu-se um pouco ao que foi proposto anteriormente, relativamente ao preço anormalmente baixo. Era importante perceber como é que se gere essa competitividade nas propostas e de que forma é que isso prejudica também o Município em termos de mais despesa. O senhor Deputado quis ainda saber a alusão à aquisição de serviços à luz da transferência de competências praças e vias de comunicação, porque não percebeu essa ligação. O prazo de vigência de cinco anos parece excessivo, até porque é justificado pelo seguinte, que também não se consegue compreender: *“para garantir a amortização e a rentabilidade do investimento a efetuar.”* O que se pergunta é a que investimentos se refere.

Sobre a questão da longevidade do contrato são questões conexas e quando se falam de cláusulas de salvaguarda e flexibilidade era importante ter-se a capacidade de se ir aferindo a execução do contrato. Claro que nem todos os contratos permitem isso, estando lá escrito ou não, se os contratos estão, ou não, a serem cumpridos. É importante ter-se um maior número de cláusulas desse tipo, existem algumas mas o senhor Deputado entende que não são suficientes e deveria ser esta Assembleia Municipal se depois dos cinco anos deveria haver, ou não, prorrogação do contrato. Voltando à aquisição da máquina varredora, proposta pelo PS, e que se inclui nesta contratação, perguntou qual a flexibilidade de esta poder vir ser utilizada nas várias Freguesias, isto, se haverá um critério instituído para esta utilização. Uma vez que o contrato inclui a limpeza de zonas de natureza, pergunta: se há uma dimensão de limite máximo de toneladas; limite máximo de lixeiras; se essas lixeiras são sinalizadas pela Câmara Municipal; com é que é feita a limpeza da natureza. Tem-se assistido a práticas muito nocivas às zonas de natureza e era importante que também neste domínio este contrato pudesse dar resposta. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor presidente da Câmara já disse que vai ter de se pagar mais por este serviço. Portanto, face aos dezassete euros por tonelada do contrato anterior ir-se-á pagar mais. A questão direta é quanto é que se vai pagar a mais, face ao preço base qual é a estimativa de pagar mais. Fala-se em valores na ordem dos trinta euros por tonelada. Quanto é que os vaguenses vão pagar mais com este novo contrato, perguntou. Qual a estimativa em termos de encargos diretos para as pessoas, em termos de taxas, com os resíduos urbanos. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Se a Câmara Municipal entende-se que o processo estava a correr bem não teria rescindido o contrato com a Luságua, e isto é óbvio e evidente. Na Assembleia Municipal em que foi feita a adjudicação o senhor presidente também se mostrou céptico à proposta da Luságua. Sobre a contratação intermunicipal essa sempre foi a estratégia. O Município de Vagos esteve a discutir com os Municípios de Estarreja, Águeda, Murtosa e Sever do Vouga que recentemente fizeram um concurso em conjunto. O Município de Vagos chegou a considerar a hipótese de irem todos juntos mas Vagos não podia porque tinha um contrato em vigor. Era necessário primeiro rescindir o contrato existente para depois se fazer um novo procedimento concursal. São os contratos que vão sendo feitos nos outros Municípios que acabam por indicar o preço base. O Código da contratação pública permite a consulta mas não a torna obrigatória. É possível através de um histórico ou através de fatores externos obter esse preço base. As propostas no último concurso variavam entre os vinte e sete e os trinta e um euros e depois havia uma proposta de dezassete euros. Aquilo que nos protege aqui, com este novo contrato, é esta nova fórmula de calcular o preço anormalmente baixo. No último concurso não havia outra alternativa, teve de se adjudicar àquela que era a proposta mais baixa e que está acima do preço anormalmente baixo. A questão que faz referência às praias e às vias de comunicação diz respeito a algo que a Câmara Municipal já faz, embora não tenham competência para o fazer mas fá-lo porque é do melhor interesse dos cidadãos. A limpeza das praias e da EN109 não é da

competência da Câmara Municipal e agora passa a ser, ou seja, legítima a despesa que já está a fazer e tem feito ao longo dos anos. Relativamente ao facto de não ser a Câmara Municipal a fazer este investimento não o faz por uma razão, ou várias: tinha de ter duas viaturas para a recolha de resíduos; uma viatura de limpeza; e mais as outras viaturas todas. Inicialmente, e não deve falhar muito, ter-se-ia de investir cerca de seiscentos a setecentos mil euros para começar a fazer este processo de forma autónoma, para além de todos os custos de recursos humanos que se iriam continuar a ter. É uma opção. O senhor Presidente admite que do ponto de vista da orientação política se tenha uma opinião diferente mas a verdade é que de norte a sul do país muito mais de metade têm este serviço contratado. Na Região de Aveiro só havia dois Municípios que não tinham e vão passar a ter, Murtosa e Sever do Vouga. Em relação às varredoras está prevista a passagem nos centros urbanos das diversas Freguesias e essa será uma gestão da Câmara Municipal. Relativamente às montoeiras quanto mais lixo eles levarem melhor para eles, ganham à tonelada, é um bom produto. Relativamente aos custos que isto irá ter para os vaguenses, não se sabe ao certo quanto é que se vai pagar. -----

----- O senhor presidente da Mesa usou da palavra e esclareceu que a competência da Assembleia Municipal, relativamente a este ponto, é pronunciar-se sobre a despesa, ou seja, autorizar os encargos plurianuais conforme consta da proposta da Câmara Municipal -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com a abstenção dos membros do grupo municipal do PS. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura pediu para usar da palavra e referindo-se, ainda, ao regulamento do Conselho Municipal de Segurança, ponto onze da ordem de trabalhos, para evitar que este assunto tenha de vir novamente à Assembleia Municipal, disse que o documento prevê no artigo 6º a composição do Conselho Municipal de Segurança Restrito. Desta composição fazem parte o senhor Presidente da Câmara, os vereadores com competências delegadas ou o responsável da proteção civil, o Comandante do Posto do GNR de Vagos, e o Coordenador Municipal de Proteção Civil e um representante da Polícia Marítima. Ao senhor Deputado parece-lhe que é de elementar justiça que deste Conselho Municipal de Segurança Restrita faça parte o Comandante do Bombeiros Voluntários de Vagos. De acordo com a lei diz que fazem parte do Conselho Municipal Restrito os Comandantes das Forças de Segurança com competências na área territorial. A proposta do senhor Deputado é que se inclua na composição o Comandante dos Bombeiros Voluntários de Vagos e dar-se na mesma como aprovado o Regulamento. -----

----- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra e referiu que aquele ponto da ordem de trabalhos já foi aprovado, o que existe agora é a proposta apresentada pelo Senhor Deputado. Posto isto, o senhor Presidente colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal esta proposta, ou seja, de mencionar na composição do Conselho Municipal de Segurança Restrita o Comandante do Bombeiros Voluntários de Vagos, se a Câmara Municipal não vir nenhum inconveniente. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que não interpreta os Bombeiros Voluntários como uma força de segurança. Entretanto, pediu autorização ao Presidente da Mesa para ser o Dr. Laerte Pinto, Técnico da Câmara Municipal, esclarecer melhor esta questão. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que este é um assunto que pode posteriormente ser decidido se houver cabimento legal. -----

----- O Dr. Laerte Pinto usou da palavra e esclareceu que aquando do parecer da DGAL a propósito da inclusão da polícia marítima essa questão foi colocada, foi discutida, porque essa dúvida surgiu. Por maioria de razão chegou-se à conclusão que a polícia Marítima devia de integrar o Conselho Municipal de Segurança Restrito. Tendo como base esse pressuposto o Comandante dos Bombeiros Voluntários poderá intervir e participar no Conselho Municipal de Segurança Restrito como órgão consultivo, ou seja, pode a qualquer momento ser convidado a participar, agora ter assento em pleno não pareceu ser a intenção do legislador. -----

----- O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que uma vez que esta proposta surgiu depois de este ponto ter sido aprovado se não seria possível fazer-se aqui uma nova proposta no sentido de apenas levar este ponto, que foi levantado, para ser trazido novamente a esta Assembleia, dado que o restante conteúdo da proposta já foi aprovado e não careceu de qualquer dificuldade. -----

----- O senhor Presidente da Mesa referiu que já havia dito isso mesmo e considera que se está aqui a complicar uma coisa que é simples. Se futuramente houver outro entendimento, facilmente se traz o assunto novamente à Assembleia Municipal para esta se pronunciar. -----

----- Esgotados que estavam os pontos da ordem de trabalhos o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período de intervenção do Público. -----

----- Não houve qualquer intervenção por parte do Público presente. -----

----- De imediato, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa.

O Presidente, _____.